

SUMÁRIO

SUMÁRIO	1
BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTROLADORA E DO CONSOLIDADO	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	7
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS	10
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	10
2. BASE DE PREPARAÇÃO	12
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO	13
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	14
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	15
6. CONSUMIDORES E REVENDEDORES.....	15
7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	16
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR.....	16
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	17
10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIO	18
11. ATIVOS FINANCEIRO - CONCESSÃO	19
12. INVESTIMENTOS	19
13. IMOBILIZADO.....	22
14. INTANGÍVEL.....	25
15. FORNECEDORES	27
16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	27
17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	28
18. ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	31
19. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	31
20. PROVISÕES	33
21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS.....	35
22. RECEITA	35
23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	37
24. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	38
25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	38
26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	40
27. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO	46
28. DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - DVA	47
29. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS SEGREGADOS POR ATIVIDADE CONSOLIDADO	48
30. DEMONSTRAÇÕES SEGREGADAS POR EMPRESA CONSOLIDADO	49
31. EVENTOS SUBSEQUENTES	50
DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO CONSOLIDADO.....	52
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS SEGUNDOS TRIMESTRES DE 2011 E 2010.....	57
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS	64

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ATIVO

(Em milhares de reais)

	Notas	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
		30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	1.600.997	1.761.817	1.310.631	1.402.213
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	5	710.615	319.277	709.788	319.277
Consumidores e Revendedores	6	408.704	397.301	402.047	389.599
Concessionários - Transporte de Energia		116.087	109.092	63.822	60.549
Ativos Financeiros - Concessão	11	513.492	360.508	42.362	42.362
Tributos Compensáveis	7	48.202	48.412	43.314	45.967
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	8	284.387	153.719	275.756	135.966
Revendedores - Transações com Energia Livre		44.944	29.959	44.944	29.959
Dividendos a Receber		-	-	190.713	118.086
Estoques		4.607	4.585	4.037	4.102
Outros Créditos		72.647	87.240	56.685	71.788
TOTAL DO CIRCULANTE		3.804.682	3.271.910	3.144.099	2.619.868
NÃO CIRCULANTE					
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9	565.215	569.885	206.985	202.334
Tributos Compensáveis	7	10.760	9.732	8.041	9.517
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	8	2.837	3.319	-	-
Depósitos Vinculados a Litígios	10	145.399	125.923	142.301	123.756
Crédito com Pessoas Ligadas		3.044	4.529	3.017	14.623
Outros Créditos		20.730	49.967	8.318	8.475
Ativo Financeiros - Concessão	11	2.931.442	3.127.866	699.884	702.335
Investimentos	12	-	-	2.570.748	2.712.944
Imobilizado	13	7.076.201	7.024.474	5.796.969	5.947.539
Intangível	14	482.358	477.719	33.427	34.171
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		11.237.986	11.393.414	9.469.690	9.755.694
TOTAL DO ATIVO		15.042.668	14.665.324	12.613.789	12.375.562

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010

PASSIVO

(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
		30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	17	1.529.258	512.764	1.485.360	466.200
Debêntures	17	3.232.207	507.375	3.196.640	490.511
Fornecedores	15	148.789	175.792	103.977	115.127
Impostos, Taxas e Contribuições	16	71.566	60.254	66.080	56.371
Imposto de Renda e Contribuição Social	16	266.094	8.235	261.127	-
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	25	124.944	46.819	124.944	46.819
Salários e Encargos Sociais		52.041	57.346	46.773	53.864
Encargos Regulatórios	18	87.726	97.148	78.990	90.312
Participações nos Lucros		9.128	27.495	9.128	25.491
Dívidas com Pessoas Ligadas		15.131	15.396	15.137	15.396
Obrigações Pós-Emprego	19	17.514	17.033	17.514	17.033
Outras Obrigações		74.144	65.313	37.191	49.198
TOTAL DO CIRCULANTE		5.628.542	1.590.970	5.442.861	1.426.322
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	17	1.879.363	2.830.798	839.304	1.867.885
Debêntures	17	1.050.970	3.784.833	44.214	2.800.444
Provisões e Contingências Judiciais	20	8.833	7.010	7.631	5.889
Obrigações Pós-Emprego	19	419.720	413.310	419.720	413.310
Impostos, Taxas e Contribuições	16	129.056	133.769	98.235	81.243
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16	671.884	691.048	552.469	580.915
Encargos Regulatórios	18	47.430	32.341	47.430	32.341
Outras Obrigações		168.614	130.600	123.669	116.568
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		4.375.870	8.023.709	2.132.672	5.898.595
TOTAL DO PASSIVO		10.004.412	9.614.679	7.575.533	7.324.917
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AOS CONTROLADORES					
	21				
Capital Social		3.296.785	3.296.785	3.296.785	3.296.785
Reservas de Lucros		320.319	844.198	320.319	844.198
Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial		823.324	908.269	823.324	908.269
Ajuste Avaliação Patrimonial – Hedge de Fluxo de Caixa		1.211	1.393	1.211	1.393
Lucros Acumulados		596.617	-	596.617	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.038.256	5.050.645	5.038.256	5.050.645
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		15.042.668	14.665.324	12.613.789	12.375.562

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto o resultado por lote de mil ações)

	Nota	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
		30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
RECEITA	22	2.067.002	1.830.949	1.851.127	1.659.739
CUSTOS DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	23				
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(114.858)	(135.979)	(118.762)	(139.842)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(281.362)	(145.996)	(281.350)	(145.984)
		(396.220)	(281.975)	(400.112)	(285.826)
CUSTO DE OPERAÇÃO					
Pessoal e Administradores	23a	(109.038)	(115.565)	(102.019)	(109.983)
Participação dos Empregados	23a	(5.093)	(16.070)	(5.093)	(16.070)
Materiais		(7.844)	(8.726)	(5.677)	(7.334)
Serviços de Terceiros	23b	(50.679)	(52.503)	(44.056)	(48.234)
Depreciação e Amortização		(179.083)	(181.952)	(171.974)	(181.716)
Reversões Operacionais		8.080	6.395	8.080	6.395
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos		(70.434)	(65.903)	(70.115)	(65.903)
Custo de Construção		(28.182)	(97.315)	(16.450)	(46.066)
Outros Custos de Operação		(8.368)	(878)	(5.527)	(4.741)
		(450.641)	(532.517)	(412.831)	(473.652)
CUSTO TOTAL		(846.861)	(814.492)	(812.943)	(759.478)
LUCRO BRUTO		1.220.141	1.016.457	1.038.184	900.261
DESPESA OPERACIONAL	23				
Despesas com Vendas		-	(454)	-	(454)
Despesas Gerais e Administrativas		(64.655)	(67.040)	(53.812)	(51.892)
Outras Despesas Operacionais		(42.581)	(21.652)	(42.023)	(15.207)
		(107.236)	(89.146)	(95.835)	(67.553)
RESULTADO DO SERVIÇO (LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL, RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS)		1.112.905	927.311	942.349	832.708
Resultado de Equivalência Patrimonial		-	-	72.707	34.915
Despesa Financeira Líquida	24	(346.190)	(234.217)	(275.354)	(190.821)
Resultado antes dos Impostos		766.715	693.094	739.702	676.802
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	9b	(258.506)	(233.565)	(250.001)	(214.992)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9b	3.463	18.739	21.971	16.458
RESULTADO DO PERÍODO		511.672	478.268	511.672	478.268
Resultado Básico por ação		0,1766	0,1651	0,1766	0,1651
Resultado Diluído por ação		0,1766	0,1651	0,1766	0,1651

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE 6 MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
		30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
RESULTADO DO PERÍODO		511.672	478.268	511.672	478.268
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE					
Ajuste de Avaliação Patrimonial – Hedge de Fluxo de Caixa		182	(451)	182	(451)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		511.854	477.817	511.854	477.817
Resultado do Período		<u>511.854</u>	<u>477.817</u>	<u>511.854</u>	<u>477.817</u>

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTROLADORA E DO CONSOLIDADO

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Reserva de Ajustes de Avaliação	Reservas Ajustes Conversão	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	2.896.785	666.112	1.030.269	-	(74.325)	4.518.841
Aumento do Capital	400.000	(400.000)	-	-	-	-
Aquisição de controlada em conjunto –Efeito reflexo da Adoção de normas contábeis	-	-	-	-	81.421	81.421
Resultado do Período	-	-	-	-	478.268	478.268
Realização da Reserva de Ajustes de Avaliação	-	-	(61.000)	-	61.000	-
Destinação do Resultado:						
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	(69.878)	(69.878)
Outros resultados abrangentes:						
Ajuste de Avaliação Patrimonial – Hedge de Fluxo de Caixa	-	-	-	451	-	451
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010	3.296.785	266.112	969.269	451	476.486	5.009.103
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	3.296.785	844.198	908.269	1.393	-	5.050.645
Resultado do Período	-	-	-	-	511.672	511.672
Realização da Reserva de Ajustes de Avaliação	-	-	(84.945)	-	84.945	-
Destinação do Resultado:						
Dividendos de 2010 excedentes ao dividendo mínimo estatutário	-	(523.879)	-	-	-	(523.879)
Outros resultados abrangentes:						
Ajuste de Avaliação Patrimonial – Hedge de Fluxo de Caixa	-	-	-	(182)	-	(182)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011	3.296.785	320.319	823.324	1.211	596.617	5.038.256

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE 6 MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado do Período	511.672	478.268	511.672	478.268
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa e Equivalentes de Caixa				
Depreciação e Amortização	182.016	184.188	172.164	181.916
Baixas Líquidas de Imobilizado, Intangível e Ativo Financeiro	9.390	715	4.018	-
Equivalência Patrimonial	-	-	(72.707)	(34.915)
Juros e Variações Monetárias - Não Circulantes	70.438	33.429	56.196	29.316
Impostos Federais Diferidos	(3.563)	(18.739)	(21.971)	(16.458)
Provisões para Perdas Operacionais	1.823	(3.534)	1.725	(4.348)
Obrigações Pós-emprego	28.107	10.326	28.107	10.326
Outros	-	1.743	18.210	-
	799.883	686.396	697.414	644.105
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	(11.403)	234.170	(12.448)	37.566
Revendedores – Transações com energia livre	-	(113)	-	(113)
Tributos Compensáveis	(141.935)	(179.880)	(118.341)	(197.028)
Transporte de Energia	(6.995)	(50.297)	(3.273)	-
Outros ativos circulantes	(414)	(27.170)	183	(43.049)
Ativo Financeiro	71.622	-	18.901	-
Depósito Judiciais	(19.476)	(17.201)	(18.545)	(16.561)
Dividendos Recebidos	-	-	232.198	38.233
Outros Realizáveis a longo prazo	30.722	54.072	11.763	16.856
	(77.879)	13.581	110.438	(164.096)
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	(27.003)	(7.133)	(11.150)	4.217
Tributos e Contribuição Social	264.458	277.931	270.836	238.576
Salários e Contribuições Sociais	(5.305)	(12.199)	(7.091)	(14.041)
Encargos Regulatórios	(9.422)	3.345	(11.322)	540
Empréstimos e Financiamentos	13.509	481.571	(50.320)	56.678
Obrigações Pós-Emprego	(21.216)	(8.904)	(21.216)	(8.904)
Perdas com Instrumentos Financeiros	-	(3.149)	-	-
Outros	43.120	26.219	(18.058)	32.391
	258.141	757.681	151.679	309.457
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	980.145	1.457.658	959.531	789.466
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Financiamentos Obtidos	59.213	2.964.315	-	2.748.281
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(87.132)	(2.895.079)	(65.398)	(2.809.393)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(445.754)	(876.585)	(445.754)	(876.585)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(473.673)	(807.349)	(511.152)	(937.697)

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Em Investimentos	-	-	(108.132)	(923.274)
Títulos e Valores Mobiliários - Aplicação Financeira	(391.338)	-	(390.511)	-
No ativo Financeiro	(28.182)	(1.556.951)	(16.450)	-
No Imobilizado	(228.673)	(84.431)	(24.702)	(7.458)
No Intangível	(19.099)	(1.140)	(166)	-
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(667.292)	(1.642.522)	(539.961)	(930.732)
VARIÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(160.820)	(992.213)	(91.582)	(1.078.963)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
No início do período	1.761.817	3.043.715	1.402.213	2.834.476
No fim do período	1.600.997	2.051.502	1.310.631	1.755.513
	(160.820)	(992.213)	(91.582)	(1.078.963)

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE 6 MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

	Consolidado IFRS				Controladora BRGAAP			
	30/06/2011		30/06/2010		30/06/2011		30/06/2010	
RECEITAS								
Venda de Energia e Serviços	2.615.872		2.303.521		2.380.544		2.121.150	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-		453		-		453	
	<u>2.615.872</u>		<u>2.303.974</u>		<u>2.380.544</u>		<u>2.121.603</u>	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(281.362)		(145.996)		(281.350)		(145.984)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(114.858)		(135.979)		(118.762)		(139.842)	
Serviços de Terceiros	(65.665)		(76.581)		(57.123)		(56.837)	
Custo de Construção	(28.182)		(45.214)		-		-	
Materiais	(9.424)		(9.336)		(7.256)		(8.006)	
Outros Custos Operacionais	(15.605)		(47.846)		(30.951)		(46.481)	
	<u>(515.096)</u>		<u>(460.952)</u>		<u>(495.442)</u>		<u>(397.150)</u>	
VALOR ADICIONADO BRUTO	2.100.776		1.843.022		1.885.102		1.724.453	
RETENÇÕES								
Depreciação e Amortização	(182.016)		(184.188)		(172.164)		(181.916)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	1.918.760		1.658.834		1.712.938		1.542.537	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de Equivalência Patrimonial	-		-		72.707		34.915	
Receitas Financeiras	139.565		140.067		120.357		134.183	
	<u>139.565</u>		<u>140.067</u>		<u>193.064</u>		<u>169.098</u>	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	2.058.325		1.798.901		1.906.002		1.711.635	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
		%		%		%		%
Empregados	144.321	7,01	153.198	8,52	133.576	7,01	146.516	8,56
Remuneração direta	97.523	4,74	107.420	5,97	88.449	4,64	102.083	5,96
Benefícios	36.607	1,78	33.470	1,86	35.453	1,86	32.438	1,90
FGTS	7.445	0,36	7.224	0,40	6.928	0,36	6.911	0,40
Outras	2.746	0,13	5.084	0,28	2.746	0,14	5.084	0,30
Impostos, Taxas e Contribuições	907.168	44,07	787.892	43,80	856.461	44,93	757.159	44,24
Federais	713.507	34,66	612.222	34,03	664.429	34,86	583.517	34,09
Estaduais	192.420	9,35	173.524	9,65	191.234	10,03	172.620	10,09
Municipais	1.241	0,06	2.146	0,12	798	0,04	1.022	0,06
Remuneração de Capitais de Terceiros	495.164	24,06	379.543	21,10	404.293	21,21	329.692	19,26
Juros	485.744	23,60	373.729	20,78	395.720	20,76	324.456	18,96
Aluguéis	9.420	0,46	5.814	0,32	8.573	0,45	5.236	0,31
Remuneração de Capitais Próprios	511.672	24,86	478.268	26,59	511.672	26,85	478.268	27,94
Juros sobre Capital Próprio/Dividendos	-	-	69.878	3,88	-	-	69.878	4,08
Lucros Retidos	511.672	24,86	408.390	22,70	511.672	26,85	408.390	23,86
	<u>2.058.325</u>	<u>100,00</u>	<u>1.798.901</u>	<u>100,00</u>	<u>1.906.002</u>	<u>100,00</u>	<u>1.711.635</u>	<u>100,00</u>

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia” ou “Cemig Geração e Transmissão”) é uma Sociedade Anônima de Capital Aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais –CEMIG (“CEMIG”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da CEMIG. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores.

A Companhia tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Geração, Transmissão e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito ou a Empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a Empresas no Brasil e no exterior e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

A Companhia possui 48 Usinas, sendo 43 Usinas Hidrelétricas, 4 Eólicas e 1 Termelétrica e Linhas de Transmissão pertencentes, na maior parte, à Rede Básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão.

A Companhia possui participação societária nas seguintes Controladas:

- Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (Controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, por meio da Usina Hidrelétrica Cachoeirão, localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais. A Usina iniciou operações em 2009;
- Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (Controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica por meio de Usina Eólica, localizada no município de Beberibe, no Estado do Ceará. A Usina iniciou operações em agosto de 2009;

- Baguari Energia S.A. (“Baguari Energia”) (Controlada em conjunto) - Implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de sua participação no Consórcio UHE Baguari (Baguari Energia – 49,00% e Neoenergia – 51,00%), localizada no Rio Doce, em Governador Valadares, Estado de Minas Gerais. A Usina iniciou as operações de suas unidades entre o período de setembro de 2009 e maio de 2010;
- Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“TAESA”) (anteriormente denominada Terna Participações S.A.) (Controlada em conjunto) - Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica em 11 estados do país. A TAESA possui as seguintes sociedades, por ela controlada: ETAU - Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. (“ETAU”) e Brasnorte Transmissora de Energia S.A. (“Brasnorte”);
- Central Eólica Praias do Morgado S.A. (“Central Eólica Praias do Morgado”) (Controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica por meio de Usina Eólica, localizada no município de Acaraú, no Estado do Ceará. A Usina iniciou operação em maio de 2010;
- Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Central Eólica Volta do Rio”) (Controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica por meio da Usina Eólica localizada no município de Acaraú, no Estado do Ceará. A Usina iniciou operação em setembro de 2010;
- Hidrelétrica Pipoca S.A. (“Hidrelétrica Pipoca”) (controlada em conjunto) - Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, localizada no rio Manhuaçu, municípios de Caratinga e Ipanema, Estado de Minas Gerais. A hidrelétrica iniciou operação em outubro de 2010;
- Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. (“EBTE”) (Controlada em conjunto) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, por meio das linhas de transmissão no Estado de Mato Grosso. Entrou em operação em junho de 2011.

Controladas em fase pré-operacional:

- Guanhães Energia S.A. (“Guanhães Energia”) (Controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica por meio da implantação e exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas Dores de Guanhães; Senhora do Porto; e Jacaré, localizadas no Município de Dores de Guanhães; e Fortuna II, localizada no Município de Virginópolis. Todas no Estado de Minas Gerais. As operações das primeiras unidades têm previsão de início a partir de 2013;

- Cemig Baguari Energia S.A. (“Cemig Baguari Energia”) (Controlada) – Produção e a comercialização de energia elétrica em Regime de produção independente em futuros Empreendimentos;
- Madeira Energia S.A. (“Madeira Energia”) (Controlada em conjunto) – Implementação, construção, operação e exploração da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio por meio da seguinte Sociedade, por ela, controlada: Santo Antônio Energia S.A., localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, e previsão de início de operação comercial em 2012;
- Lightger (“Light Ger”) (controlada em conjunto) - Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Paracambi, localizada no rio Ribeirão das Lages município de Paracambi, Estado do Rio de Janeiro. Previsão de entrada em operação da primeira máquina em outubro de 2011.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1) Apresentação das Informações Trimestrais

As Informações Contábeis Intermediárias individuais foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e as Informações Contábeis Intermediárias consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Estas Informações Trimestrais - ITRs foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais em 31 de dezembro de 2010. Dessa forma, estas ITRs devem ser lidas, em conjunto, com as referidas Demonstrações Contábeis, aprovadas pela Diretoria Executiva em 16 de março de 2011 e arquivadas na CVM em 29 de março de 2011.

3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Foram consolidadas as Informações Trimestrais das controladas e controladas em conjunto mencionadas na nota explicativa nº 1.

(a) Controladas e controladas em conjunto

As Informações Trimestrais de controladas e controladas em conjunto são incluídas nas Informações Trimestrais consolidadas a partir da data em que o controle compartilhado se inicia até a data em que deixa de existir. Os ativos, passivos e resultados das controladas em conjunto foram consolidados com base no método de consolidação proporcional. As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas Informações Trimestrais individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(b) Consórcios

É registrada a quota-parte dos ativos, passivos e resultados das operações de consórcio na controlada que possui a correspondente participação.

(c) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das Informações Trimestrais consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na Investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

As referências efetuadas nestas Informações Trimestrais das controladas em conjunto são realizadas na proporção de participação da Companhia.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e proporcional, conforme o quadro a seguir. A participação é dada sobre o capital total da controlada:

	Participação direta no capital total - %	
	30/06/2011	31/12/2010
Controlada		
Cemig Baguari Energia S.A.	100,00	100,00
Controladas em conjunto		
Hidrelétrica Cachoeirão S.A.	49,00	49,00
Guanhães Energia S.A.	49,00	49,00
Hidrelétrica Pipoca S.A.	49,00	49,00
Madeira Energia S.A.	10,00	10,00
Baguari Energia S.A.	69,39	69,39
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	49,00	49,00
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	49,00	49,00
Central Eólica Volta do Rio S.A.	49,00	49,00
Central Eólica Praias de Morgado S.A.	49,00	49,00
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	56,69	56,69
Lightger	49,00	49,00

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Contas Bancárias	19.582	17.701	12.984	9.772
Aplicações Financeiras				
Certificados de depósitos bancários	1.377.498	1.456.291	1.163.615	1.289.130
Letras Financeiras do tesouro	47.188	116.588	36.210	27.428
Letras do Tesouro Nacional	8.004	-	8.004	-
Outros	148.725	171.237	89.818	75.883
	1.581.415	1.744.116	1.297.647	1.392.441
	1.600.997	1.761.817	1.310.631	1.402.213

As Aplicações Financeiras correspondem às operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado. Todas as operações são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados e Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGE são remunerados a um percentual do CDI, Certificado de Depósito Inter-bancário, divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP (que variam entre 100% a 110%) conforme operação.

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa 26.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Certificados de depósitos bancários	710.615	319.277	709.788	319.277
	<u>710.615</u>	<u>319.277</u>	<u>709.788</u>	<u>319.277</u>

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado, com carência para resgate acima de 90 dias.

6. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				30/06/2011	31/12/2010
Controladora					
Industrial	210.489	10.600	253	221.342	184.737
Comércio, Serviços e Outras	1.354	-	-	1.354	1.125
Suprimento a Outras Concessionárias	124.546	36.586	-	161.132	203.737
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	-	18.219	-	18.219	-
Total Controladora	<u>336.389</u>	<u>65.405</u>	<u>253</u>	<u>402.047</u>	<u>389.599</u>
Controladas					
Industrial	4.810	-	-	4.810	695
Comércio, Serviços e Outras	90	-	-	90	7.007
Suprimento a Outras Concessionárias	1.695	-	-	1.695	-
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	62	-	-	62	-
	<u>6.657</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.657</u>	<u>7.702</u>
Total Consolidado	<u>343.046</u>	<u>65.405</u>	<u>253</u>	<u>408.704</u>	<u>397.301</u>

A Companhia constitui a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa através de uma análise individual do saldo dos clientes, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais.

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na nota 26.

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Circulante				
ICMS a Recuperar	33.514	35.109	31.790	33.191
PASEP	2.336	2.458	1.867	2.197
COFINS	11.133	10.189	8.681	10.134
Outros	1.219	656	976	445
	48.202	48.412	43.314	45.967
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	7.176	6.598	5.258	6.384
PASEP	639	1	496	559
COFINS	2.945	3.133	2.287	2.574
	10.760	9.732	8.041	9.517
	58.962	58.144	51.355	55.484

Os créditos de ICMS a recuperar são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses.

Os créditos de PASEP/COFINS a recuperar Não Circulante, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para não circulante foi feita de acordo com estimativas dos valores que deverão ser realizados até junho de 2012.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Circulante				
Imposto de Renda	217.145	115.955	209.223	98.976
Contribuição Social	67.242	37.764	66.533	36.990
	284.387	153.719	275.756	135.966
Não Circulante				
Imposto de Renda	2.836	3.319	-	-
Contribuição Social	1	-	-	-
	2.837	3.319	-	-
	287.224	157.038	275.756	135.966

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

A Companhia possui créditos tributários registrados de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Créditos Tributários:				
Prejuízo Fiscal / Base negativa	228.442	231.731	-	-
Obrigações Pós-Emprego	82.038	79.508	82.038	79.508
Variação Cambial	35.613	35.585	35.613	35.585
Taxa Administração – IFRS	743	745	743	745
Concessão onerosa – IFRS	58.336	57.330	58.336	57.330
Tributos Exigibilidade Suspensa	24.559	20.311	24.559	20.311
Provisões	2.594	2.002	2.594	2.002
Ágio na Incorporação	82.989	84.166	-	-
Outros	49.901	58.507	3.102	6.853
	565.215	569.885	206.985	202.334

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 28 de março de 2011, aprovou o estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Participações e de Relações com Investidores referente à projeção de lucratividade futura da Companhia, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371.

Conforme as estimativas da Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 30 de junho de 2011, conforme abaixo:

	Consolidado IFRS	Controladora BRGAAP
	30/06/2011	30/06/2011
2011	135.173	63.526
2012	107.511	35.865
2013	107.511	35.865
2014	107.511	35.865
2015 a 2016	107.509	35.864
	565.215	206.985

As informações sobre o Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Passivos estão divulgadas na Nota Explicativa 16.

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na Demonstração de Resultado é como segue:

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	766.715	693.094	739.702	676.802
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(260.684)	(235.652)	(251.499)	(230.113)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Juros sobre o Capital Próprio	-	23.759	-	23.759
Incentivos Fiscais (a)	3.178	10.829	3.178	6.402
Resultado de Equivalência Patrimonial		-	24.721	11.872
Contribuições e Doações Indedutíveis	(535)	(1.587)	(535)	(1.587)
Créditos Fiscais não reconhecidos	6	388	6	388
Outros	2.992	(12.563)	(3.901)	(9.255)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Efetiva	(255.043)	(214.826)	(228.030)	(198.534)
Imposto Corrente	(258.506)	(233.565)	(250.001)	(214.992)
Imposto Diferido	3.463	18.739	21.971	16.458
Alíquota Efetiva	33,26%	31,00%	30,83%	29,33%

Incentivo fiscal IRPJ da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – TAESA

O Ministério de Integração Nacional por meio da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE e da Agência para o Desenvolvimento da Amazônia - ADA, emitiu Laudo Constitutivo nº 169/2004 e Laudo Constitutivo nº 0260/2003, que outorga à parte das controladas da TAESA o benefício fiscal relativo à redução de 75% do imposto de renda devido pela atividade desenvolvida na região incentivada.

10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIO

Os Depósitos Vinculados a Litígio referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e a obrigações fiscais.

Os principais Depósitos Vinculados a Litígio, relativos às obrigações fiscais, referem-se ao Imposto de Renda na Fonte sobre Juros sobre Capital Próprio e ao ICMS – referente a exclusão da base de cálculo do PIS/COFINS.

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Trabalhista	35.275	34.875	35.160	34.801
Obrigações Fiscais				
Imposto de Renda sobre JCP	8.014	8.014	8.014	8.014
PASEP/COFINS	96.561	78.266	95.166	78.266
Outros	2.973	2.282	1.395	988
Outros	2.576	2.486	2.566	1.687
	145.399	125.923	142.301	123.756

Os saldos de depósitos judiciais relativos à PASEP/COFINS possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 16.

11. ATIVOS FINANCEIRO - CONCESSÃO

Os contratos de concessão de transmissão de energia e de geração eólica da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC.01 (IFRIC 12), que trata de contabilidade de concessões.

Os saldos dos ativos financeiros são como segue:

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Concessões de transmissão novas	2.702.688	2.743.677	-	-
Concessões de transmissão antigas	742.246	744.697	742.246	744.697
	3.444.934	3.488.374	742.246	744.697
Circulante	513.492	360.508	42.362	42.362
Não Circulante	2.931.442	3.127.866	699.884	702.335

12. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto.

	Controladora BRGAAP	
	30/06/2011	31/12/2010
Em Sociedade Controlada e Controladas em Conjunto		
Hidrelétrica Cachoeirão	26.615	23.164
Guanhães Energia	10.392	10.333
Hidrelétrica Pipoca	18.372	18.031
Cemig Baguari Energia	-	6
Madeira Energia	75.589	9.981
Lightger	34.926	35.325
Baguari Energia	190.661	181.373
EBTE	132.257	114.839
Central Eólica Praias de Parajuru	33.822	35.104
Central Eólica Volta do Rio	62.121	58.346
Central Eólica Praias de Morgado	25.374	27.134
TAESA	1.216.372	1.437.839
Ágio na Aquisição de Participação na TAESA	658.432	670.978
Ágio na Aquisição de Participação na C. E. Praias de Parajuru	27.740	28.582
Ágio na Aquisição de Participação na C. E. Volta do Rio	19.364	22.198
Ágio na Aquisição de Participação na C.E. Praias de Morgado	38.711	39.711
	2.570.748	2.712.944

a) As principais informações sobre as controladas e controladas em conjunto são como segue:

Sociedades Controladas em Conjunto	Quantidade de Ações	Em 30 de junho de 2011			Janeiro a junho de 2011	
		Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	54.317	-	7.044
Guanhães Energia	52.000.000	49,00	19.608	21.209	-	121
Hidrelétrica Pipoca	40.610.000	49,00	40.610	37.496	-	3.108
Cemig Baguari Energia	1.000	100,00	1	-	-	(13)
Madeira Energia	359.100.000	10,00	1.167.100	755.891	-	(150.098)
Baguari Energia	1.000.000	69,39	10	274.775	-	13.322
EBTE	198.200.000	49,00	244.550	269.911	-	10.754
Central Eólica Praias de Parajuru	70.560.000	49,00	70.560	69.024	-	(3.893)
Central Eólica Volta do Rio	117.230.000	49,00	117.230	126.778	-	(13.926)
Central Eólica Praias de Morgado	52.960.000	49,00	52.960	51.784	-	(9.170)
Lightger	70.085.000	49,00	70.085	71.277	-	(815)
TAESA	263.498.907	56,69	1.312.536	1.971.339	537.705	145.580

Sociedades Controladas em Conjunto	Quantidade de Ações	Em 31 de dezembro de 2010			Janeiro a dezembro de 2010	
		Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	47.273	2.780	11.704
Guanhães Energia	52.000.000	49,00	19.608	21.088	-	1.480
Hidrelétrica Pipoca	40.610.000	49,00	40.610	36.798	-	(333)
Cemig Baguari Energia	1.000	100,00	1	6	-	(17)
Madeira Energia	359.100.000	10,00	359.100	99.814	-	(204.443)
Baguari Energia	1.000.000	69,39	10	261.346	-	(119)
EBTE	198.200.000	49,00	219.759	234.366	3.408	14.350
Central Eólica Praias de Parajuru	70.560.000	49,00	70.560	71.644	-	(4.068)
Central Eólica Volta do Rio	117.230.000	49,00	117.230	119.072	-	(5.574)
Central Eólica Praias de Morgado	52.960.000	49,00	52.960	55.375	-	(2.290)
Lightger	70.085.000	49,00	70.085	72.092	-	27
TAESA	263.498.907	56,69	1.312.536	2.507.574	202.891	428.629

A movimentação dos investimentos em sociedades controladas e controladas em conjunto é a seguinte:

	31/12/2010	Equivalência Patrimonial	Aportes/Aquisições	Dividendos Propostos	Outros	30/06/2011
Hidrelétrica Cachoeirão	23.164	3.452	-	-	(1)	26.615
Guanhães Energia	10.333	59	-	-	-	10.392
Hidrelétrica Pipoca	18.031	(25)	367	-	(1)	18.372
Cemig Baguari Energia	6	(13)	-	-	7	-
Madeira Energia	9.981	(15.010)	80.800	-	(182)	75.589
Baguari Energia	181.373	9.243	858	-	(813)	190.661
EBTE	114.839	5.270	12.147	-	1	132.257
Central Eólica Praias de Parajuru	35.104	(1.907)	625	-	-	33.822
Central Eólica Volta do Rio	58.346	(6.827)	10.602	-	-	62.121
Central Eólica Praias de Morgado	27.134	(4.493)	2.733	-	-	25.374
TAESA	1.437.839	83.358	-	(304.825)	-	1.216.372
Lightger	35.325	(400)	-	-	1	34.926
	1.951.475	72.707	108.132	(304.825)	(988)	1.826.501

b) Aquisição de participação acionária - ABENGOA

Em 2 de junho de 2011, a Controlada TAESA adquiriu uma concessão e a participação em sociedade composta por quatro ativos de transmissão de energia elétrica do Grupo ABENGOA que aumentará a sua participação no mercado de transmissão de energia elétrica de 6,5% para 8,6% em termos de Receita Anual Permitida (RAP). A Companhia pagará por esta aquisição, englobando os dois Contratos de Compra e Venda de Ações mencionados, o valor total de R\$1.099.224, referente à data-base de 31/12/2010.

A conclusão da operação e a efetiva aquisição das ações pela TAESA estarão sujeitas à ocorrência de condições suspensivas, destacando-se: (i) aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, (ii) anuência de bancos financiadores das Transmissoras, e (iii) a aprovação da operação pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Além disso, a operação deverá ser submetida ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, nos termos da Lei nº 8.884/94.

c) Mais valia de ativos nas aquisições de Participação

A mais valia de ativos nas empresas adquiridas pela Companhia, correspondente à diferença entre o valor pago e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido das Controladas em Conjunto, decorre da mais valia das concessões (intangível) e do Ativo Financeiro das concessões. A mais valia desses ativos, que possuem vida útil definida, ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões.

13. IMOBILIZADO

Controladora	30/06/2011			31/12/2010
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço	16.517.112	(10.873.438)	5.643.674	5.818.946
Terrenos	380.026	-	380.026	380.027
Reservatórios, Barragens e Adutoras	7.223.653	(4.648.676)	2.574.977	2.642.337
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	1.975.318	(1.410.044)	565.274	587.758
Máquinas e Equipamentos	6.911.710	(4.797.389)	2.114.321	2.198.373
Veículos	15.922	(7.526)	8.396	9.704
Móveis e Utensílios	10.483	(9.803)	680	747
Em Curso	153.295	-	153.295	128.593
Imobilizado Líquido - Controladora	16.670.407	(10.873.438)	5.796.969	5.947.539

Consolidado	30/06/2011			31/12/2010
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço - Controladas	298.576	(8.532)	290.044	56.199
Terrenos	2.411	-	2.411	889
Reservatórios, Barragens e Adutoras	50.339	(1.584)	48.755	22.540
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	19.099	(1.690)	17.409	10.998
Máquinas e Equipamentos	225.298	(4.699)	220.599	21.033
Veículos	231	(113)	118	86
Móveis e Utensílios	1.198	(446)	752	653
Em Curso - Controladas	989.188	-	989.188	1.020.736
Total do Imobilizado - Controladas	1.287.764	(8.532)	1.279.232	1.076.935
Imobilizado Líquido - Consolidado	17.958.171	(10.881.970)	7.076.201	7.024.474

Movimentação 2011

Controladora	Saldo em 31/12/2010	Adição /Capitalização	Baixa	Depreciação	Saldo em 30/06/2011
Em Serviço	5.818.946	-	(2.805)	(172.467)	5.643.674
Terrenos	380.027	-	(1)	-	380.026
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2.642.337	-	-	(67.360)	2.574.977
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	587.758	-	-	(22.484)	565.274
Máquinas e Equipamentos	2.198.373	-	(2.804)	(81.248)	2.114.321
Veículos	9.704	-	-	(1.308)	8.396
Móveis e Utensílios	747	-	-	(67)	680
					-
Em Curso	128.593	24.702	-	-	153.295
Imobilizado Líquido - Controladora	5.947.539	24.702	(2.805)	(172.467)	5.796.969

Consolidado	Saldo em 31/12/2010	Adição /Capitalização	Baixa	Depreciação	Saldo em 30/06/2011
Em Serviço - Controladas	56.199	235.519	-	(1.674)	290.044
Terrenos	889	1.522	-	-	2.411
Reservatórios, Barragens e Adutoras	22.540	26.917	-	(702)	48.755
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	10.998	6.966	-	(555)	17.409
Máquinas e Equipamentos	21.033	199.932	-	(366)	220.599
Veículos	86	55	-	(23)	118
Móveis e Utensílios	653	127	-	(28)	752
					-
Em Curso - Controladas	1.020.736	(31.548)	-	-	989.188
Imobilizado Líquido - Controladas	1.076.935	203.971	-	(1.674)	1.279.232
Imobilizado Líquido - Consolidado	7.024.474	228.673	(2.805)	(174.141)	7.076.201

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Imobilizados. Os contratos de concessão, exceto quanto às eólicas, prevêm que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia, de forma que a Administração entende que o valor contábil do imobilizado não depreciado ao final da concessão será reembolsável pelo Poder Concedente.

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração e transmissão do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para amortização do Ativo Imobilizado.

A taxa de depreciação média anual é de 2,46%. As principais taxas anuais de depreciação, de acordo com a Resolução ANEEL nº 367, de 2 de junho de 2009, são as seguintes:

Geração	(%)	Transmissão	(%)	Administração	(%)
Edificações	4,0	Chave Sistema	3,3	Software	20,0
Gerador	3,3	Disjuntor	3,0	Veículos	20,0
Turbina Hidráulica	2,5	Torre Metálica	2,5	Equipamento Geral	10,0
Casa de Força	2,0	Transformador de Força	2,5	Edificação	4,0
Barragem	2,0	Condutor nu de alumínio	2,5		
Equipamento Geral	10,0	Equipamento Geral	10,0		
Equipamentos de Tomada d'água	3,7	Religadores	4,3		
Estrutura de Tomada d'água	4,0				
Conduto Forçado	3,1				

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto n.º 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração e transmissão, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL n.º 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à Concessão, quando destinados à alienação, determinando que este produto seja depositado em conta bancária vinculada, sendo aplicado na concessão.

CONSÓRCIOS

A Companhia participa em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles no Ativo Imobilizado e Intangível, Atividade Não Vinculada, conforme Despacho ANEEL nº 3.467, de 18 de Setembro de 2008, da Cemig Geração e Transmissão da parcela específica equivalente aos investimentos efetuados, conforme segue:

	Participação na energia gerada	Taxa Média Anual de Depreciação %	30/06/2011	31/12/2010
Em serviço				
Usina de Porto Estrela	33,33%	2,48	38.627	38.627
Usina Igarapava	14,50%	2,58	55.554	55.554
Usina de Funil	49,00%	2,64	182.360	182.360
Usina de Queimado	82,50%	2,45	206.729	206.729
Usina de Aimorés	49,00%	2,62	549.537	549.537
Depreciação acumulada			(178.287)	(165.303)
Total em operação			854.520	867.504
Em curso				
Usina de Queimado	82,50%		1.886	1.579
Usina de Funil	49,00%		645	648
Usina de Aimorés	49,00%		1.664	1.187
Usina Igarapava	14,50%		1.171	1.171
Usina Porto Estrela	33,33%		158	156
Total em construção			5.524	4.741
Total de Consórcios - Controladora			860.044	872.245
Em serviço				
Usina de Baguari	34,00%	2,56	181.416	-
Depreciação acumulada			(2.318)	-
Total em operação			179.098	-
Em curso				
Usina de Baguari	34,00%		75	181.416
Total de Consórcios - Consolidado			1.039.217	1.053.661

A depreciação dos bens integrantes do ativo imobilizado dos consórcios é calculada pelo método linear, também com base em taxas estabelecidas pela ANEEL.

14. INTANGÍVEL

Controladora	30/06/2011			31/12/2010
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Em Serviço				
Com Vida Útil Definida	72.037	(39.486)	32.551	33.460
- Direito de uso de softwares	32.421	(30.484)	1.937	-
- Marcas e Patentes	2	(1)	1	-
- Servidão	12.859	(1.495)	11.364	11.408
- Outros	-	-	-	2.371
- Concessão Onerosa	26.755	(7.506)	19.249	19.681
Em Curso	876	-	876	711
- Ativos em formação	876	-	876	711
Intangível Líquido - Controladora	72.913	(39.486)	33.427	34.171

Consolidado	30/06/2011			31/12/2010
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Em Serviço	528.272	(68.251)	460.021	474.480
Servidão	12.955	(1.495)	11.460	11.506
Concessão onerosa	26.755	(7.506)	19.249	19.681
Ativos da concessão	364.110	(22.722)	341.388	349.864
Direito Exploração de Concessão Serviço Público	91.854	(6.039)	85.815	90.489
Outros	32.598	(30.489)	2.109	2.940
Em Curso	22.337	-	22.337	3.239
Ativos em formação	22.337	-	22.337	3.239
Intangível Líquido - Consolidado	550.609	(68.251)	482.358	477.719

A movimentação do Ativo Intangível em 2011 é como segue:

Controladora	31/12/2010	Adição	Amortização	Transferência	30/06/2011
Em Serviço					
Com Vida Útil Definida	33.460	1	(704)	(206)	32.551
- Direito de Uso de Software	-	-	(227)	2.164	1.937
- Servidão	11.408	1	(45)	-	11.364
- Outros	2.371	-	-	(2.370)	1
- Concessão onerosa	19.681	-	(432)	-	19.249
Em Curso					
Ativos em formação	711	165	-	-	876
Intangível Líquido - Controladora	34.171	166	(704)	(206)	33.427

Consolidado	31/12/2010	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	30/06/2011
Em Serviço						
Com Vida Útil Definida	474.480	1	(422)	(10.913)	(3.125)	460.021
- Direito de Uso de Software	-	-	-	(227)	2.168	1.941
- Servidão	11.506	1	-	(47)	-	11.460
- Concessão onerosa	19.681	-	-	(432)	-	19.249
- Ativos da Concessão	349.864	-	(422)	(8.054)	-	341.388
- Direito Exploração de Concessão do Serviço Público	90.489	-	-	(2.153)	(2.521)	85.815
- Outros	2.940	-	-	-	(2.772)	168
Em Curso						
Ativos em formação	3.239	19.098	-	-	-	22.337
Intangível Líquido - Consolidado	477.719	19.099	(422)	(10.913)	(3.125)	482.358

Os ativos intangíveis Direito de Uso de Softwares, Marcas e Patentes, Servidão Temporária e outros são amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL.

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida, e que vem sendo amortizados pelo prazo de concessão ou pelos prazos definidos na ReN ANEEL nº367/09.

15. FORNECEDORES

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Circulante				
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica -	85.815	79.398	83.840	80.744
Materiais e Serviços	62.974	96.394	20.137	34.383
	<u>148.789</u>	<u>175.792</u>	<u>103.977</u>	<u>115.127</u>

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos, Taxas e Contribuições

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Circulante				
ICMS	33.552	27.914	33.271	27.535
COFINS	24.075	20.716	22.631	19.501
PASEP	5.230	4.503	4.913	4.234
INSS	3.390	4.794	3.103	4.202
Outros	5.319	2.327	2.162	899
	<u>71.566</u>	<u>60.254</u>	<u>66.080</u>	<u>56.371</u>
Não Circulante				
COFINS	106.035	109.921	80.712	66.751
PASEP	23.021	23.848	17.523	14.492
	<u>129.056</u>	<u>133.769</u>	<u>98.235</u>	<u>81.243</u>
	<u>200.622</u>	<u>194.023</u>	<u>164.315</u>	<u>137.614</u>

As obrigações não circulantes de PASEP/COFINS referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008.

b) Impostos de Renda e Contribuições Sociais

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Circulante				
Imposto de Renda	197.128	5.556	193.453	-
Contribuição Social	68.966	2.679	67.674	-
	<u>266.094</u>	<u>8.235</u>	<u>261.127</u>	<u>-</u>
Não Circulante				
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	495.510	436.995	406.227	427.143
Contribuição Social	176.374	254.053	146.242	153.772
	<u>671.884</u>	<u>691.048</u>	<u>552.469</u>	<u>580.915</u>
	<u>937.978</u>	<u>699.283</u>	<u>813.596</u>	<u>580.915</u>

As obrigações diferidas de Não Circulante de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se substancialmente ao efeito fiscal do custo atribuído aos ativos de geração na adoção inicial da ICPC 10.

As demais obrigações a pagar com Imposto de Renda e Contribuição Social registradas no circulante serão compensadas com as antecipações constantes do ativo, na rubrica de tributos compensáveis.

17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Consolidado							
30/06/2011							31/12/2010
FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
BNP Paribas	2012	5,89	EURO	2.583	-	2.583	3.809
Dívida referente a Moeda Estrangeira				2.583	-	2.583	3.809
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.	2012	109,8 do CDI	R\$	256.188	484.111	740.299	738.852
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI+1,70	R\$	26.662	38.774	65.436	69.187
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R\$	614	30.000	30.614	32.208
Banco do Brasil S.A.	2014	104,10 do CDI	R\$	919.949	-	919.949	917.842
Banco Itaú – BBA S.A.	2013	CDI+1,70	R\$	131.839	-	131.839	130.358
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI+1,70	R\$	2.411	-	2.411	2.405
BNDES	2026	TJLP+2,34	R\$	8.016	107.466	115.482	119.336
Bradesco S.A.	2013	CDI+1,70	R\$	41.489	63.591	105.080	104.795
Bradesco S.A.	2014	CDI+1,70	R\$	543	910	1.453	1.366
Debêntures (4)	2011	104,00 do CDI	R\$	256.994	-	256.994	243.038
Debêntures – Governo do Estado de M. G. (4)(6)	2031	IGP-M	R\$	-	44.214	44.214	37.083
Debêntures(4)(16)	2015	IPCA+7,68 *	R\$	1.290.507	-	1.290.507	1.286.783
Debêntures(4)(16)	2015	0,042 **	R\$	(1.688)	-	(1.688)	(1.923)
Debêntures(4)(16)	2012	CDI+0,90 *	R\$	1.651.722	-	1.651.722	1.727.685
Debêntures(4)(16)	2012	0,1051 **	R\$	(896)	-	(896)	(1.711)
ELETROBRÁS	2013	7,50 a 8,50	R\$	11.614	19.005	30.619	36.724
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI+1,70	R\$	21.940	-	21.940	22.969
UNIBANCO S.A.	2013	CDI+1,70	R\$	58.516	84.253	142.769	138.962
FINEP	2015	TJLP+5,00	R\$	2.813	11.194	14.007	15.002
Consórcio Pipoca(9)	2011	IPCA	R\$	185	-	185	270
Unibanco S.A. (5)	2020	TJLP+2,55	R\$	365	5.748	6.113	6.460
Banco do Brasil S.A. (5)	2020	TJLP+2,55	R\$	1.366	22.768	24.134	25.500
BNDES (7)	2033	TJLP+2,40	R\$	-	303.527	303.527	262.420
Debêntures (7)	2013	IPCA	R\$	-	196.284	196.284	182.188
BNDES (Repasse) (7)	2033	TJLP+3,8	R\$	-	251.542	251.542	247.502
Banco da Amazônia (7)	2029	TJLP+4,0	R\$	-	108.986	108.986	68.656
BNDES (8)	2024	TJLP+2,50	R\$	3.020	38.468	41.488	42.118
CEF (10)	2022	TJLP+3,50	R\$	6.712	59.286	65.998	54.157
CEF (11)	2022	TJLP+3,50	R\$	5.497	47.672	53.169	67.128
CEF (12)	2021	TJLP+3,50	R\$	9.028	88.024	97.052	96.601
BNDES (13)	2018	UMBNDDES	R\$	259	1.416	1.675	1.923
BNDES (13)	2018	TKLP	R\$	1.760	9.599	11.359	12.225
CEF(13)(16)	2016	117,5 do CDI *	R\$	2.459	9.498	11.957	13.155
CEF(13)(16)	2016	0,059 **	R\$	(75)	(132)	(207)	(252)
Debêntures(13)(4)(16)	2015	CDI+1,30 *	R\$	22.482	196.455	218.937	206.203
Debêntures(13)(4)(16)	2015	0,013 **	R\$	(299)	(322)	(621)	(911)
Debêntures(13)(4)(16)	2015	IPCA+7,91 *	R\$	11.712	154.420	166.132	152.291
Debêntures(13)(4)(16)	2015	0,01 3**	R\$	(227)	(349)	(576)	(687)
Debêntures(13)(4)(16)	2017	106 do CDI *	R\$	2.377	462.050	464.427	464.609
Debêntures(13)(4)(16)	2017	0,0069 **	R\$	(477)	(1.782)	(2.259)	(2.440)
Sindicato Bancos Novatrans (13)	2013	CDI+0,90	R\$	9.296	13.776	23.072	27.696
BNDES(14)	2024	TJLP + 2,56	R\$	2.727	69.381	72.108	72.468
BNDES(14)	2019	4,50	R\$	1.482	10.500	11.982	11.720
Dívida referente a Moeda Nacional				4.758.882	2.930.333	7.689.215	7.631.961
Total Geral				4.761.465	2.930.333	7.691.798	7.635.770

(1) a (3) Foram contratados “swaps” com troca de taxa. Seguem as taxas dos empréstimos e financiamentos considerando os swaps: (1) 111,00% do CDI; (2) CDI + 2,98% a.a.; (3) CDI + 3,01% a.a..

(4) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

(5) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Hidrelétrica Cachoeirão S.A.

(6) Contratos ajustados a valor presente, conforme alterações da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 11.638/07.

- (7) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Madeira Energia S.A.
 (8) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Hidrelétrica Pipoca S.A.
 (9) Crédito para integralização do capital social da Hidrelétrica Pipoca S.A.
 (10) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Praia de Morgado S.A.
 (11) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Praia de Parajuru S.A.
 (12) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Volta do Rio S.A.
 (13) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto TAESA
 (14) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto EBTE
 (15) 3ª Emissão de Notas Promissórias da Companhia
 (16) Contratos com taxas e valores ajustados de acordo com CPC 08 :
 * Taxa contratual
 ** Taxa efetiva do custo de transação

A composição consolidada dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018 em diante	Total
Moedas									
Euro	1.321	1.262	-	-	-	-	-	-	2.583
	1.321	1.262	-	-	-	-	-	-	2.583
Indexadores									
UMBND\$	132	381	254	254	254	254	146	-	1.675
Índice Geral de Preços – Mercado – IGP-M	-	-	-	-	-	-	-	44.214	44.214
Índice Interno da Eletrobrás – FINEL	6.335	12.670	11.614	-	-	-	-	-	30.619
Índice Preço ao Consumidor Ampla-IPCA	53.545	127.798	530.715	462.888	475.897	-	-	-	1.650.843
Certificado Depósito Interbancário – CDI	816.203	2.513.142	557.973	487.886	187.696	111.550	110.467	-	4.784.917
URTJ	21.896	51.156	50.382	69.446	79.473	82.515	81.796	740.283	1.176.947
	898.111	2.705.147	1.150.938	1.020.474	743.320	194.319	192.409	784.497	7.689.215
	899.432	2.706.409	1.150.938	1.020.474	743.320	194.319	192.409	784.497	7.691.798

A composição da dívida acima não leva em consideração a reclassificação para o circulante em função do não cumprimento das cláusulas restritivas dos contratos.

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moedas	Varição no semestre findo em 30/06/2011 %	Varição Acumulada em 2011 %	Indexadores	Varição no semestre findo em 30/06/2011 %	Varição Acumulada em 2011 %
Euro		(6,31)	IGPM		3,15
			IPCA		3,87
			FINEL		0,62
			CDI		5,52

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Consolidado IFRS	Controladora BRGAAP
Saldo em 31 de dezembro de 2010	7.635.770	5.625.040
Empréstimos e Financiamentos obtidos	59.213	
Variação monetária e cambial	70.438	56.352
Encargos financeiros provisionados	390.474	288.757
AVP	549	549
Encargos Financeiros Pagos	(379.054)	(340.832)
Amortização de financiamentos	(87.132)	(65.398)
Amortização custo transação	1.540	1.050
Saldo em 30 de junho de 2011	7.691.798	5.565.518

Cláusulas contratuais restritivas – Covenants

A Companhia possui contratos de Empréstimos e Financiamentos, com Cláusulas Restritivas (“Covenants”), com exigibilidade de cumprimento semestrais, coincidentes com os últimos dias de cada semestre civil, 30 de junho e 31 de dezembro.

As principais cláusulas restritivas são como segue:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Dívida/EBITDA;	Menor ou igual a 3,36
Dívida Circulante/EBITDA	Menor ou igual a 90%
Dívida/Patrimônio Líquido + Dívida	Menor ou igual a 53%
EBITDA/Encargos Dívidas	Maior ou igual a 2,8
Investimento/EBITDA	Menor ou igual a 60%

Dívida Líquida = Dívida total menos saldo de caixa e menos títulos negociáveis

EBITDA = Lucro antes dos juros, impostos (sobre o lucro), depreciações e amortizações. Em alguns contratos são estabelecidos critérios específicos de cálculo do EBITDA, com algumas variações em relação a fórmula mencionada.

Em 30 de junho de 2011, a Companhia não atendeu determinadas cláusulas restritivas mencionadas acima. Os consentimentos de que os credores não irão exercer o direito de exigir o pagamento, imediato ou antecipado, foram obtidos em datas posteriores a 30 de junho de 2011, por esse motivo os contratos cujas cláusulas não foram atendidas estão reconhecidos no Passivo Circulante.

Das cláusulas restritivas acima mencionadas, duas delas não foram atendidas, conforme abaixo:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido	Posição em 30/06/2011
CEMIG GT		
Dívida / (Patrimônio Líquido + Dívida)	Menor ou igual a 53%	55,01%
Dívida Circulante/EBITDA	Menor ou igual a 90%	101,79%

Em 11 de agosto de 2001 a Companhia obteve o consentimento formal (“waiver”) dos credores, de que não irão exigir o vencimento antecipado da obrigação.

18. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Reserva Global de Reversão - RGR	13.516	14.929	12.271	14.032
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	10.004	9.844	10.004	9.844
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	6.024	6.169	6.024	6.169
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.847	1.605	1.633	1.605
Programa de Incentivo às Fontes Altern. de Energia Elétrica – PROINFA	2.847	3.279	2.848	3.279
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	5.719	5.411	5.391	5.267
Pesquisa e Desenvolvimento	92.340	85.545	85.555	79.822
Pesquisa Expansão Sistema Energético	2.859	2.707	2.694	2.635
	135.156	129.489	126.420	122.653
Passivo Circulante	87.726	97.148	78.990	90.312
Passivo Não Circulante	47.430	32.341	47.430	32.341

19. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria)

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social – FORLUZ, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A FORLUZ disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (Plano B) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

A contribuição das Patrocinadoras para este plano é de 27,52% para a parcela com característica de benefício definido, referente à cobertura de invalidez e morte de participante ativo, sendo utilizada para amortização das obrigações definidas através de cálculo atuarial. Os 72,48% restantes, referentes à parcela do plano com característica de contribuição definida, destinam-se as contas nominais dos participantes e são reconhecidos no resultado do exercício em conformidade aos pagamentos feitos pelas patrocinadoras, na rubrica de Despesa com Pessoal.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

A Cemig GT mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela Cemig Saúde.

Amortização das Obrigações Atuariais e Reconhecimento nas Informações Trimestrais

A Companhia demonstra nesta Nota Explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (Benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes com base em 31 de dezembro de 2010.

Foi reconhecida pela Companhia uma obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao Fundo de pensão no montante de R\$196.322 em 30 de junho de 2011 (R\$196.873 em 31 de dezembro de 2010) e está sendo amortizada até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Após o 3º Aditivo ao Contrato da FORLUZ, os valores passaram a ser reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acrescido de 6% ao ano.

Para as obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial é a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais, mencionada no parágrafo anterior, tendo em vista que é superior ao passivo com fundo de pensão constante do laudo do atuário. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia decidiu pelo registro integral da dívida, estando os impactos referentes a atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Fundo de Pensão	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2010	196.873	121.690	6.605	105.175	430.343
Despesa (Receita) Reconhecida no Resultado	14.215	7.612	154	6.126	28.107
Contribuições Pagas	(14.766)	(5.836)	(92)	(522)	(21.216)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2011	196.322	123.466	6.667	110.779	437.234
Passivo Circulante					17.514
Passivo Não Circulante					419.720

As despesas com fundo de pensão são registradas no resultado financeiro por representarem os juros e variação monetária incidentes sobre a dívida com a Forluz, conforme mencionado anteriormente nesta nota.

20. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto constituem provisão para contingências das ações cuja expectativa de perda for considerada mais provável que sim do que não que exista uma obrigação presente na data do balanço, conforme segue:

	Consolidado IFRS			
	Saldo em 31/12/2010	Adições (-) Reversões	Baixas	Saldo em 30/06/2011
Trabalhistas				
Diversos	1.433	853	(40)	2.246
Cíveis				
Ambiental	3.185	130	-	3.315
Outras	1.610	84	240	1.934
Fiscais				
Outras	620	667	(119)	1.168
Regulatórios				
ANEEL	162	8	-	170
Total	7.010	1.742	81	8.833

	Controladora BRGAAP			
	Saldo em 31/12/2010	Adições (-) Reversões	Baixas	Saldo em 30/06/2011
Trabalhistas				
Diversos	1.393	853	-	2.246
Cíveis				
Ambiental	3.185	130	-	3.315
Outras	648	84	-	732
Fiscais				
Outras	501	667	-	1.168
Regulatórios				
ANEEL	162	8	-	170
Total	5.889	1.742	-	7.631

Processo Administrativo de Natureza Ambiental

A Companhia foi autuada pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF, alegando que a Companhia deixou de adotar medidas de proteção à fauna ictiológica, causando mortalidade de peixes, em decorrência de vazão e operação de máquinas na Usina Hidrelétrica de Três Marias. A Companhia apresentou defesa e considera a expectativa de perda mais provável que sim do que não que exista uma obrigação presente na data do balanço, no valor de R\$3.315, que está devidamente provisionada.

Passivos Contingentes

Adicionalmente, há processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento cuja probabilidade de perda foi estimada como mais provável que não exista uma obrigação presente na data do balanço, no montante total de R\$319.210, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas Informações Trimestrais, demonstrados os principais a seguir:

Obrigações Previdenciárias e Fiscais – Indenização do Anuênio e Participação nos Resultados

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$44.345, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia decidiu impetrar um mandato de segurança que permitiu o depósito judicial no valor das potenciais obrigações sobre esta verba, no montante de R\$28.716, registrados na conta de Depósitos Vinculados a Litígios.

Adicionalmente, a Secretaria da Receita Federal emitiu Auto de Infração questionando o não pagamento das contribuições sociais previdenciárias (parcela patronal) relativas ao anuênio indenizado, para prevenir decadência, no valor de R\$17.203.

A Secretaria da Receita Federal emitiu Auto de Infração questionando o não pagamento de contribuições sociais previdenciárias (parcela patronal) e contribuições destinadas a outras entidades ou fundos, relativas às competências de janeiro de 2005 a dezembro de 2006, incidentes sobre pagamentos aos empregados a título de participação nos lucros e resultados, ticket-alimentação, ajuda de custo para formação (auxílio-educação) e alíquota adicional sobre remunerações de empregados expostos a riscos no ambiente de trabalho. O montante da contingência é de R\$64.185.

Indeferimento da Compensação de Créditos Tributários

A Secretaria da Receita Federal não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de pagamento indevido, ou a maior, pela Companhia, no montante de R\$45.183, relativa a diversos processos administrativos tributários quanto à discussão sobre compensação de tributos federais.

Consórcio UHE Aimorés

Indenização por danos morais e materiais, devido os prejuízos causados com a construção da Barragem e da Casa de Força da Usina Hidroelétrica de Aimorés, que diminuíram a incidência de peixes no rio Doce e, conseqüentemente, a renda dos autores, que são pescadores na região. O montante da contingência é de R\$20.788 e a participação da Companhia no consórcio é de 49%, o que representa uma cota parte de R\$10.186 nesta ação.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 30 de junho de 2011, o Capital Social da Cemig Geração Transmissão era de R\$3.296.785, representado por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“CEMIG”).

O Conselho de Administração, na Assembleia Geral Ordinária – AGO, realizada em 29 de abril de 2011, aprovou a destinação do resultado do exercício de 31 de dezembro de 2010, no montante de R\$1.084.110, da seguinte forma:

- R\$1.029.904 (95% do lucro líquido) para pagamento de dividendos;
- R\$54.206 para a constituição de Reserva Legal.

Nesta mesma AGO, a Companhia aprovou a destinação de dividendos complementares, no valor de R\$101.910, utilizando o saldo de lucros acumulados em função da adoção das novas normas contábeis, cujos efeitos calculados de forma retroativa a 2010 foram registrados diretamente no Patrimônio Líquido.

Do montante proposto, até 30 de junho de 2011, a Companhia efetuou pagamentos num total de R\$1.006.870 sendo que, o restante, será pago até 30 de dezembro de 2011, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria Executiva.

22. RECEITA

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

		Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
		30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica – com impostos	(a)	2.035.691	1.721.343	2.003.252	1.705.575
Receita de Concessão de Transmissão – com impostos	(b)	544.945	472.987	353.898	357.955
Receita de Construção – com impostos		28.182	97.558	16.450	46.066
Outras Receitas Operacionais		7.054	11.633	6.944	11.554
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas acima	(c)	(548.870)	(472.572)	(529.417)	(461.411)
		2.067.002	1.830.949	1.851.127	1.659.739

(a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	Consolidado IFRS			
	MWh (**)		R\$	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Industrial	9.617.284	8.676.079	1.171.615	971.348
Comercial	43.197	20.552	10.129	5.999
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	49.965	13.409
	9.660.481	8.696.631	1.231.709	990.756
Suprimento a Outras Concessionárias(*)	7.306.979	7.102.695	719.654	658.521
Transações com energia na CCEE	2.612.314	2.235.078	77.928	62.664
Vendas no Proinfa	25.578	17.692	6.400	9.402
Total	19.605.352	18.052.096	2.035.691	1.721.343

(*) Inclui Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

(**) Não revisado pelos Auditores Independentes.

(b) Receita de Concessão de Transmissão

Refere-se basicamente à receita de uso da rede referente à tarifa cobrada dos agentes do setor elétrico, incluindo os consumidores livres ligados na alta tensão, pela utilização da rede básica de transmissão, de propriedade da Companhia, associada ao Sistema interligado brasileiro.

Inclui também o ajuste a valor presente do ativo financeiro de transmissão constituído, em sua maior parte, durante o período de construção dos empreendimentos de transmissão. As taxas utilizadas para a atualização do ativo correspondem à remuneração do capital aplicado nos empreendimentos, variando em conformidade ao modelo do empreendimento e do custo do capital da investidora.

(c) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Impostos sobre a Receita				
ICMS	192.028	172.199	190.920	171.318
COFINS	183.390	161.454	176.051	157.394
PIS-PASEP	39.811	35.048	38.220	34.170
ISSQN	193	263	183	256
	415.422	368.964	405.374	363.138
Encargos do Consumidor				
Reserva Global de Reversão – RGR	55.719	44.619	48.737	40.780
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	18.081	17.903	18.081	17.901
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	30.424	15.148	30.424	15.147
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	9.625	7.140	7.371	5.647
Fundo Nac. Desen. Científico e Tecnológico - FNDCT	7.387	5.647	7.373	5.647
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	3.692	2.823	3.685	2.823
Proinfra	8.520	10.328	8.372	10.328
	133.448	103.608	124.043	98.273
	548.870	472.572	529.417	461.411

23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Pessoal (a)	144.978	146.069	132.114	138.101
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	5.093	16.070	5.093	16.070
Obrigações Pós-emprego	13.892	10.326	13.892	10.326
Materiais	9.424	9.336	7.256	8.006
Serviços de Terceiros (b)	65.665	76.581	57.123	56.837
Depreciação e Amortização	182.016	184.188	172.164	181.916
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	70.434	65.963	70.114	65.903
(Reversão) Provisões Operacionais	1.725	(5.945)	1.725	(5.942)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	114.858	135.979	118.762	139.842
Energia Elétrica Comprada para Revenda	281.362	145.996	281.350	145.984
Custo de Construção	28.182	97.315	16.450	46.066
Outros Custos de Operação	36.468	21.760	32.735	23.922
	954.097	903.638	908.778	827.031

a) DESPESAS COM PESSOAL	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Remunerações e Encargos	129.725	124.248	116.861	116.346
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	7.600	7.648	7.600	7.648
Benefícios Assistenciais	12.745	12.872	12.745	12.806
	150.070	144.768	137.206	136.800
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(7.838)	(3.783)	(7.838)	(3.783)
	142.232	140.985	129.368	133.017
Programa de Desligamento Voluntário – PDV	2.746	5.084	2.746	5.084
	144.978	146.069	132.114	138.101

b) SERVIÇOS DE TERCEIROS	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Comunicação	4.886	3.233	3.678	2.327
Manutenção e Conser. de Instalações e Equip. Elétricos	9.098	9.954	6.999	7.441
Conservação e Limpeza de Prédios	10.569	9.167	10.526	8.706
Mão de Obra Contratada	2.407	1.895	2.018	1.783
Fretes e Passagens	1.528	2.137	1.308	1.700
Hospedagem e Alimentação	2.382	2.312	2.104	2.287
Vigilância	5.366	4.560	4.731	4.550
Consultoria	2.961	14.557	1.404	2.188
Manutenção e Conservação de Móveis Utensílios	1.864	1.089	1.841	1.088
Manutenção e Conservação de Veículos	2.247	2.255	2.057	2.090
Energia Elétrica	2.655	2.143	2.389	1.909
Meio Ambiente	7.218	7.957	7.055	7.777
Outros	12.484	15.322	11.013	12.991
	65.665	76.581	57.123	56.837

24. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	125.632	120.578	106.683	113.608
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	2.894	3.396	2.894	3.393
Variações Cambiais	17	1.348	17	1.348
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(11)	(554)	8	(547)
Ganhos com Instrumentos Financeiros (Nota 26)	-	739	-	648
Ajuste a Valor Presente	3.392	6.057	3.392	6.057
Outras	7.629	7.947	7.371	9.128
	139.553	139.511	120.365	133.635
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(368.491)	(298.122)	(289.808)	(252.600)
Encargos Variação Monetárias- Forluz	(14.216)	(12.982)	(14.216)	(12.982)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(56.272)	(30.025)	(56.271)	(30.025)
Variações Cambiais	(83)	(730)	(83)	(730)
Variações Monetárias – Concessão Onerosa	(12.510)	(20.165)	(12.510)	(20.165)
Perdas com Instrumentos Financeiros (Nota 26)	-	(556)	-	(480)
Ajuste a Valor Presente	(1.712)	10.949	(1.712)	10.949
Outras	(32.459)	(22.097)	(21.119)	(18.423)
	(485.743)	(373.728)	(395.719)	(324.456)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(346.190)	(234.217)	(275.354)	(190.821)

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia é uma subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, cujo acionista controlador é o Governo do Estado de Minas Gerais. A Cemig Distribuição e a Light também são controladas da CEMIG.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Cemig Geração e Transmissão são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/6/2011	31/12/2010	30/6/2011	31/12/2010	30/6/2011	30/6/2010	30/6/2011	30/6/2010
CEMIG								
Circulante								
Coligadas e Controladora	-	-	5.283	5.357	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	610.944	46.819	-	-	-	-
Não Circulante								
Coligadas e Controladora	2.673	2.663	-	-	-	-	-	-
Cemig Distribuição S.A.								
Circulante								
Coligadas e Controladora	-	-	9.848	10.039	-	-	-	-
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (1)	12.644	14.495	-	-	56.455	142.979	(2.518)	(42.280)
Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.	16.148	14.327	3.167	3.163	67.772	-	(21.166)	-
Outros	-	-	646	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Coligadas e Controladora	228	476	-	-	-	-	-	-
Light S.A.								
Circulante								
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (1)	751	-	111	104	13.546	9.956	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.	107	106	1	1	1.960	-	(9)	(4)
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Impostos, Taxas e Contribuição – ICMS (4)	33.514	35.109	33.552	27.914	(192.028)	(172.199)	-	-
Não Circulante								
Tributos Compensáveis – ICMS (4)	7.176	6.598	-	-	-	-	-	-
Debêntures (2)	-	-	44.214	37.083	-	-	(7.131)	(2.248)
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego - (3)	-	-	17.514	17.033	-	-	(13.892)	(10.326)
Outros	-	-	4.899	15.236	-	-	-	-
Despesa de Pessoal (5)	-	-	-	-	-	-	(7.600)	(7.648)
Custeio Administrativo (6)	-	-	-	-	-	-	(1.486)	(1.762)
Não Circulante								
Obrigações Pós-emprego - (3)	-	-	419.720	413.310	-	-	-	-
OUTROS								
Circulante								
Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.	1	-	785	-	1	-	(3.438)	-
Coligadas e Controladora	115	-	-	-	-	-	-	-
Outros	5.527	-	223	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Coligadas e Controladas ou Controladores	-	38	-	-	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

(1) A Companhia possui contratos de venda de energia para Cemig Distribuição e Light Energia, decorrente do leilão público de energia existente ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M.

(2) Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$120.000 milhões, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M ajustado a valor presente, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão.

(3) Parte dos contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Vide nota explicativa nº 17 e serão amortizados até o exercício de 2024.

(4) As operações com ICMS registradas nas Informações Trimestrais referem-se as operações de venda de energia e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.

(5) Contribuições da CEMIG para o Fundo de Pensão referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide nota explicativa nº 19) e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo.

(6) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e de suas controladas estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixas, Consumidores e Revendedores, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures e “swaps” de moedas, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e de suas controladas foram reconhecidos ao valor justo e encontram -se classificados conforme abaixo:

- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria as Aplicações Financeiras, Títulos e Valores Mobiliários e os Instrumentos Derivativos (mencionados no item ‘b’). São mensuradas ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos, diretamente, no resultado;
- Recebíveis: encontram-se nesta categoria o caixa e equivalentes de caixa, os créditos com consumidores e revendedores. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos.
- Empréstimos e Financiamentos e Obrigações com Debêntures. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.
- Instrumentos Financeiros Derivativos. São mensurados pelo valor justo e os efeitos reconhecidos, diretamente, no resultado.

Categoria dos Instrumentos financeiros	30/06/2011		31/12/2010	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros:				
Caixa e equivalentes de Caixa	1.600.997	1.600.997	1.761.817	1.761.817
Créditos com consumidores	408.704	408.704	397.301	397.301
Créditos a receber sobre transporte de energia	116.087	116.087	109.092	109.092
Ativos Financeiros - Concessão	513.492	513.492	360.508	360.508
Depósitos vinculados	145.399	145.399	125.923	125.923
Créditos com controladas	3.044	3.044	4.529	4.529
	2.787.723	2.787.723	2.759.170	2.759.170
Valor justo por meio do resultado:				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	710.615	710.615	319.277	319.277
Passivos financeiros:				
Avaliados ao custo amortizado:				
Fornecedores	148.789	148.789	175.792	175.792
Empréstimos, financiamentos e debêntures	7.691.798	7.691.798	7.635.770	7.635.770
	7.840.587	7.840.587	7.811.562	7.811.562

a) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao Caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig Geração e Transmissão está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente à cotação do Euro em relação ao Real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da Companhia às elevações das taxas de câmbio, a Companhia possuía, em 30 de junho de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, operações contratadas de *hedge*, descritas em maiores detalhes no item “b”.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

EXPOSIÇÃO ÀS TAXAS DE CÂMBIO	30/06/2011	31/12/2010
Euro		
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	2.583	3.809
Passivo Líquido Exposto	2.583	3.809

Análise de sensibilidade

A Companhia estima que, em um cenário provável, a apreciação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 30 de junho de 2012 será de 4,26% (Euro R\$2,171). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial de 25% e 50% em relação ao cenário Provável, considerados como Possível e Remoto, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 30/06/2011	Cenário Provável	Cenário Possível Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Remoto Depreciação Cambial 50,00%
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	2.583	2.474	3.092	3.711
Passivo Líquido Exposto	2.583	2.474	3.092	3.711
Efeito Líquido da Variação Cambial		109	(509)	(1.128)

Risco de Taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, em 30 de junho de 2011. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO DA CEMIG ÀS TAXAS DE JUROS NACIONAIS	Consolidado IFRS	
	30/06/2011	31/12/2010
Ativos		
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras (nota 4)	1.581.415	1.744.116
Títulos e Valores Mobiliários (nota 5)	710.615	319.277
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures (nota 17)	(4.784.917)	(4.836.015)
Passivo Líquido Exposto	(2.492.887)	(2.772.622)

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável, a taxa SELIC em 30 de junho de 2012 será de 13,00%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa SELIC de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como Possível e Remoto, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários Base, Otimista e Pessimista da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de Hedge.

Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais	30/06/2011	Período até 30 de junho de 2012		
	Cenário Base SELIC 12,25%	Cenário Provável SELIC 13,00%	Cenário Possível SELIC 16,25%	Cenário Remoto SELIC 19,50%
Ativos				
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras (nota 4)	1.581.415	1.786.999	1.838.395	1.889.791
Títulos e Valores Mobiliários (nota 5)	710.615	802.995	826.090	849.185
Passivos	2.292.030	2.589.994	2.664.485	2.738.976
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (nota 17)	(4.784.917)	(5.406.956)	(5.562.466)	(5.717.976)
Passivo Líquido Exposto	(2.492.887)	(2.816.962)	(2.897.981)	(2.979.000)
Efeito Líquido da Variação da SELIC		(324.075)	(405.094)	(486.113)

Risco de Liquidez

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa. A empresa utiliza de dois tipos de visão. A primeira, orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses e a segunda projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As Gerências de Orçamento, de Tesouraria e de Gestão de Participações, realizam reuniões semanais de acompanhamento das variáveis. Mensalmente, são realizadas reuniões que envolvem todas as áreas da Diretoria Financeira. Nestas reuniões são discutidos os principais temas que afetam o fluxo de caixa das empresas:

- Necessidades de captação;
- Prazo das aplicações financeiras;
- Fluxo de dividendos;
- Acompanhamento da receita;
- Programa de investimentos;
- Principais despesas operacionais;

Com o objetivo de manter a segurança do caixa, a Cemig GT estabelece em seu Estatuto Social um valor de caixa mínimo operacional para cada uma das empresas, estipulado em 5% do Lajida.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, concedendo limites operacionais aos bancos com base em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando de forma eficiente no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, o controle da liquidez.

A Companhia aplica até 20% de seus recursos em fundo de investimento exclusivo de crédito privado, sem riscos de mercado. O restante é aplicado diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas advindas da decretação de insolvência de Instituição Financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004 onde cada instituição é analisada segundo critérios de liquidez corrente, grau de alavancagem, grau de inadimplência, rentabilidade e custos além de análise de três agências de classificação de riscos financeiros. As instituições recebem limites máximos de alocação de recursos que são revisados periodicamente ou sob qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da economia brasileira.

Risco quanto à Escassez de Energia

A Energia vendida é, substancialmente, gerada por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das Usinas, comprometendo a recuperação do volume destes e acarretar perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Risco de não renovação das concessões

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto possuem concessões para exploração dos serviços de Geração e Transmissão de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso as renovações das concessões não sejam deferidas pelos órgãos reguladores ou mesmo renovados mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia ("concessão onerosa") ou estabelecimento de um preço teto, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

A Companhia não foi impactada negativamente, de forma significativa, em função de ocorrências relacionadas aos riscos descritos acima.

b) Instrumentos Financeiros - Derivativos

Os instrumentos derivativos, contratados pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do Principal das operações com Derivativos não são registrados no Balanço Patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos registrados pelo valor justo.

A Companhia possui um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros criado com o objetivo de monitorar os Riscos Financeiros, relativos à volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros que afetam suas transações financeiras e as quais poderiam afetar, negativamente, sua liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva também a implementação de diretrizes para operação proativa relativa ao ambiente de Riscos Financeiros ao implementar planos de ação.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos contratados pela Companhia e sua controlada em 30 de junho de 2011 e em 31 de dezembro de 2010.

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de Vencimento	Mercado de Negociação	Valor principal contratado		Perda não realizada				Efeito acumulado	
						Valor Conforme contrato		Valor justo		Valor Recebido	Valor Pago
				30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	30/06/2011
Cemig Geração e Transmissão S.A.											
R\$106,00% do CDI	R\$ ou US\$ 48,00% do ou Variação Cambial Mensal (o que for maior)	Em 04/2010	Balcão	-	R\$75.000	-	100	-	100	-	-
Madeira Energia S.A.											
R\$ IGP-M	R\$ 5,86% pré-fixada	Em 12/2012	Balcão	R\$120.000	R\$120.000	1.941	2.235	1.941	2.235	751	-
Euro	Variação eço futuro do Euro	Em 02/2012	Opção	R\$2.375	R\$2.375	11	44	11	44	-	-
						1.952	2.379	1.952	2.379	751	-

Valor e tipo de margens dadas em garantia

A Companhia não deposita margens de garantias para os instrumentos Derivativos.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

c) Administração de Capital

A dívida da Companhia para a relação ajustada no capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	30/06/2011	31/12/2010
Total do Passivo	10.490.412	9.614.679
Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.600.997)	(1.761.817)
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	(710.615)	(319.277)
Dívida Líquida	8.178.800	7.533.585
Total do Patrimônio Líquido	4.552.256	5.050.645
Valores acumulados no Patrimônio Líquido referente a hedge de fluxos de caixa	(1.211)	(1.393)
Capital Ajustado	4.551.045	5.049.252
Relação Dívida Líquida sobre Capital Ajustado	1,80	1,49

27. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

A Companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

Descrição	Saldo em 30 de junho, 2011	Valor justo em 30 de junho de 2011		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Equivalentes de Caixa				
Certificados de Depósitos Bancários	1.377.498	-	1.377.498	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	47.188	47.188	-	-
Letras do Tesouro Nacional (NTFs)	8.004	8.004	-	-
Depósitos Overnight	148.725	-	148.725	-
	1.581.415	55.192	1.526.223	-
Títulos e Valores Mobiliários	710.615	-	710.615	-

Metodologia de cálculo do valor justo

- a) O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

28. DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - DVA

Conforme requerimento do BRGAAP aplicável às Companhias abertas e como informação adicional para fins de IFRS, a companhia elaborou demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas.

Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela do Grupo na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pelo Grupo quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pelo Grupo, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à entidade.

29. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS SEGREGADOS POR ATIVIDADE CONSOLIDADO

EXERCÍCIO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2011

(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Geração	Transmissão	Eliminações	Total
RECEITA	1.608.178	464.703	(5.879)	2.067.002
				-
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS				-
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(281.362)	-	-	(281.362)
Encargo de Uso do Sist. de Transmissão	(120.607)	(130)	5.879	(114.858)
Pessoal	(57.483)	(87.495)	-	(144.978)
Participação dos Empregados	(3.359)	(1.734)	-	(5.093)
Entidade de Previdência Privada	(13.892)	-	-	(13.892)
Material	(4.313)	(5.111)	-	(9.424)
Serviços de Terceiros	(39.210)	(26.455)	-	(65.665)
Depreciação e Amortização	(182.016)	-	-	(182.016)
Provisões	5.708	(7.433)	-	(1.725)
Compensação Financeira pela Util. Recursos Hidricos	(70.434)	-	-	(70.434)
Outras	(38.174)	(25.756)	(720)	(64.650)
	(805.142)	(154.114)	5.159	(954.097)
				-
LUCRO BRUTO	803.036	310.589	(720)	1.112.905
				-
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(114.619)	(231.571)	-	(346.190)
				-
IMPOSTO DE RENDA	(233.273)	(25.233)	-	(258.506)
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	20.262	(16.799)	-	3.463
RESULTADO DO PERÍODO	475.406	36.986	(720)	511.672

30. DEMONSTRAÇÕES SEGREGADAS POR EMPRESA CONSOLIDADO

DESCRIÇÃO	CEMIG - GT	TAESA	EÓLICAS	MADEIRA	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
ATIVO	12.613.789	2.468.990	360.954	997.064	620.313	(2.018.442)	15.042.668
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.310.631	202.927	10.278	47.104	30.057	-	1.600.997
Contas a Receber	510.813	52.325	4.462	-	3.385	(1.250)	569.735
Títulos e Valores Mobiliários - Aplic. Financeira	709.788	-	-	-	827	-	710.615
Tributos	534.095	368.511	1.602	4.559	2.634	-	911.401
Outros Ativos	405.071	5.095	5.529	13.190	8.232	(190.691)	246.426
Investimento/Imob/Intangível/Financeiro de Concessão	9.143.391	1.840.132	339.083	932.211	575.178	(1.826.501)	11.003.494
							-
PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.613.789	2.468.990	360.954	997.064	620.313	(2.018.442)	15.042.668
Fornecedores e Suprimentos	104.001	2.844	18.836	25.639	6.485	(1.255)	156.550
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	5.565.518	893.897	216.220	860.339	155.824	-	7.691.798
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	124.944	188.895	-	-	1.670	(190.565)	124.944
Obrigações Pós-Emprego	437.234	-	-	-	-	-	437.234
Tributos	977.911	145.828	4.457	1.653	8.750	-	1.138.599
Outros Passivos	365.925	21.153	125	33.844	34.369	(127)	455.289
							-
Patrimônio Líquido	5.038.256	1.216.373	121.316	75.589	413.215	(1.826.495)	5.038.254
							-
RESULTADO							
Receita	1.851.127	170.607	6.158	-	44.989	(5.879)	2.067.002
							-
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS							
Pessoal - Empregados e Administradores	(132.114)	(12.017)	(142)	(7)	(698)	-	(144.978)
Participação dos Empregados e Administradores	(5.093)	-	-	-	-	-	(5.093)
Obrigações Pós-Emprego	(13.892)	-	-	-	-	-	(13.892)
Materiais	(7.256)	(2.029)	(36)	-	(103)	-	(9.424)
Serviços de Terceiros	(57.123)	(5.157)	(2.373)	(639)	(373)	-	(65.665)
Comp. Financ Utilização Recursos Hídricos	(70.114)	-	-	-	(320)	-	(70.434)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(281.350)	-	-	-	(12)	-	(281.362)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(118.762)	-	(1.379)	-	(596)	5.879	(114.858)
Depreciação e Amortização	(172.164)	(423)	(5.831)	-	(3.598)	-	(182.016)
Provisões Operacionais	(1.725)	-	-	-	-	-	(1.725)
Custo de Construção	(16.450)	(640)	-	-	(11.092)	-	(28.182)
Outras Despesas Líquidas	(32.735)	(2.465)	(81)	(64)	(403)	(720)	(36.468)
	(908.778)	(22.731)	(9.842)	(710)	(17.195)	5.159	(954.097)
RESULTADO DO SERVIÇO (LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS)	942.349	147.876	(3.684)	(710)	27.794	(720)	1.112.905
Resultado Financeiro Líquido	(275.354)	(42.342)	(8.762)	(14.133)	(5.599)	-	(346.190)
Resultado antes dos Impostos	666.995	105.534	(12.446)	(14.843)	22.195	(720)	766.715
Imposto de Renda e Contribuição Social	(228.030)	(23.000)	(786)	(167)	(3.060)	-	(255.043)
Resultado do Período	438.965	82.534	(13.232)	(15.010)	19.135	(720)	511.672

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Aumento de Capital na Madeira Energia S.A. – MESA

A controlada em conjunto, Madeira Energia S.A. - MESA, em Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de julho de 2011, aprovou o aumento de capital social da Companhia mediante a emissão de 507.000.000 de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo valor de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando R\$ 507.000. As ações ora emitidas foram totalmente subscritas na proporção da participação de cada um dos acionistas no capital social da Companhia e foram totalmente integralizadas no dia 25 de julho de 2011. Após o aumento de capital, o capital social da MESA, totalmente subscrito e integralizado passou a ser de R\$ 1.674.100, dividido em 1.674.100.000 (um bilhão, seiscentos e setenta e quatro milhões e cem mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

b) Prazo de recomposição do percentual mínimo de ações em circulação na Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - TAESA

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. recebeu em 01 de julho de 2011 correspondência eletrônica enviada pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, deferindo o pedido de extensão de prazo para a Companhia atingir o percentual mínimo de ações em circulação de 25% das ações (“Percentual Mínimo de Ações em Circulação”), conforme requerido pelo Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa (“Regulamento”), por meio de uma oferta pública de distribuição de ações.

De acordo com a correspondência, a recomposição do Percentual Mínimo de Ações em Circulação pela Companhia, nos termos do Regulamento, deverá ocorrer até o dia 30 de junho de 2012.

A Companhia deverá, ainda, manter em circulação no mercado, no mínimo, o percentual apresentado atualmente de 4,72% do capital social total até a sua recomposição. Caso as ações em circulação atinjam patamar superior a 4,72%, em qualquer momento durante o prazo acima mencionado, não será permitida a redução desse patamar, até que seja ultrapassado o percentual de 25%, quando então passará a observar o disposto no Regulamento.

c) Reajustes Tarifários das Concessionárias de Transmissão de Energia Elétrica – Ciclo 2011/2012

Em 01 de julho de 2011 foi publicada no Diário Oficial da União, a Resolução Homologatória nº 1.171, de 28 de junho de 2011, por meio da qual a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), estabeleceu as Receitas Anuais Permitidas - RAPs para as concessionárias de transmissão de energia elétrica, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e demais instalações de transmissão referentes ao ciclo 2011-2012.

Os percentuais de reajuste foram:

- Na Cemig Geração e Transmissão foi de 10,40%, composto de 9,77% pela variação do IGP-M no período de junho de 2010 a maio de 2011, e, o restante, em função de novas obras que entraram em operação no último ano.
- IGPM : 9,77% (TSN,GTESA, PATESA, Munirah, NVT, ETEO e ETAU).
- IPCA: 6,55% (Brasnorte).

d) Destinação de Dividendos Intermediários

Em julho de 2011, a Companhia destinou dividendos intermediários no valor de R\$486.000, com base no lucro apurado no primeiro semestre, a título de antecipação parcial do dividendo obrigatório de 2011. Do valor destinado, R\$330.000 foram pagos em 04 de agosto de 2011 e o restante será pago até 30 de dezembro de 2012, podendo os mesmos serem antecipados, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria Executiva.

DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO CONSOLIDADO

(valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

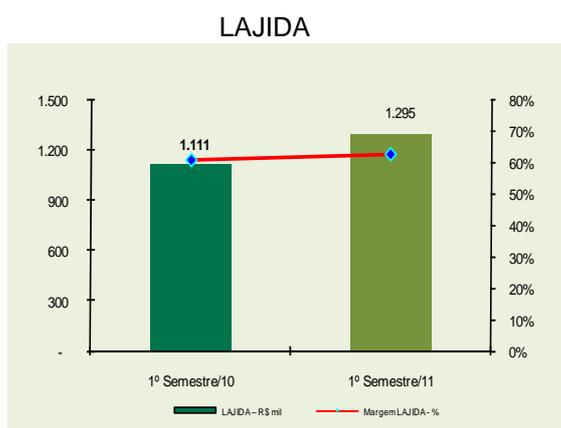
Resultado do Período

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no primeiro semestre de 2011, um lucro líquido de R\$511.672, em comparação ao lucro líquido de R\$478.268 no primeiro semestre de 2010, um aumento de 6,98%. Este resultado deve-se principalmente ao aumento de 12,89% na receita, parcialmente compensado pelo aumento de 5,58% nos Custos e Despesas Operacionais. O aumento da receita decorre do aumento da atividade de comercialização de energia, com um aumento no volume de vendas, e da entrada em operação das usinas de Baguari e Pipoca em maio e outubro 2010, respectivamente.

LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

O LAJIDA da Cemig Geração e Transmissão apresentou um aumento no primeiro semestre de 2011 na comparação com o primeiro semestre de 2010, conforme pode ser verificado na tabela abaixo:

LAJIDA - R\$ mil	30/06/2011	30/06/2010	Var %
Resultado do Período	511.672	478.268	6,98
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	255.043	214.826	18,72
+ Resultado Financeiro Líquido	346.190	234.217	47,81
+ Amortização e Depreciação	182.016	184.188	(1,18)
= LAJIDA	1.294.921	1.111.499	16,50



O crescimento do LAJIDA no primeiro semestre de 2011 em comparação ao primeiro semestre de 2010 deve-se, principalmente, ao aumento de 12,89% na receita, compensado parcialmente pelo aumento de 7,32% nos custos e despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com depreciação e amortização). Em decorrência do aumento da receita líquida, a margem do LAJIDA apresentou um aumento de 60,71% em 2010 para 62,65% em 2011.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$2.035.691 no primeiro semestre de 2011 em comparação a R\$1.721.343 no primeiro semestre de 2010, representando um aumento de 18,26%.

Este resultado decorre principalmente do aumento de 11,08% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores livres em decorrência da maior atividade de comercialização de energia em 2011. Adicionalmente, contribuiu para o aumento da receita o reajuste dos contratos de venda de energia, indexados, na maior parte, à variação do IGP-M. Dessa forma a receita foi de R\$1.231.709 no primeiro semestre de 2011 comparados a R\$990.756 no primeiro semestre de 2010.

Apesar da quantidade de energia vendida a outras concessionárias não ter variado significativamente, houve um aumento de 9,28% na receita com energia vendida, R\$719.654 no primeiro semestre de 2011 comparados a R\$658.521 no primeiro semestre de 2010, em função do aumento de 6,23% no preço médio de venda da energia, R\$98,49 no primeiro semestre de 2011 em comparação a R\$92,71 no primeiro semestre de 2010.

Receita de Concessão da Transmissão

Esta receita refere-se basicamente à utilização das instalações componentes da rede básica de transmissão da Cemig Geração e Transmissão pelos geradores e distribuidores de energia elétrica participantes do sistema interligado brasileiro, conforme valores definidos através de Resolução pela ANEEL.

A receita de concessão da transmissão foi de R\$544.945 no primeiro semestre de 2011 comparados a R\$472.987 no primeiro semestre de 2010, um aumento de 15,21% em decorrência, principalmente, do aumento de participação da Companhia na transmissora de energia elétrica, TAESA em maio de 2010.

Mais explicações, vide notas explicativas 22 e 23 às Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$548.870 no primeiro semestre de 2011 comparados a R\$472.572 no primeiro semestre de 2010, um aumento de 16,15%. As principais variações nos impostos e encargos incidentes sobre a receita são como segue:

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A dedução à receita referente a CCC foi de R\$30.424 no primeiro semestre de 2011 comparados a R\$15.148 no primeiro semestre de 2010, representando um aumento de 100,85%. Refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre os concessionários de energia elétrica através de Resolução da ANEEL. A Cemig Geração e Transmissão é apenas repassadora deste custo, uma vez que o valor da CCC é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A dedução à receita referente a CDE foi de R\$18.081 no primeiro semestre de 2011 comparados a R\$17.903 no primeiro semestre de 2010, um aumento de 1,00%. Os pagamentos são definidos através de Resolução da ANEEL. A Cemig Geração e Transmissão é apenas repassadora deste custo uma vez que o valor da CDE é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

As demais deduções à receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento, portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$954.097 no primeiro semestre de 2011 comparados a R\$903.638 no primeiro semestre de 2010, representando um aumento de 5,58%. Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na nota explicativa nº 23 das Informações Trimestrais.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$281.362 no primeiro semestre de 2011, comparados a R\$145.996 no primeiro semestre de 2010, representando um aumento de 92,72%. Essa variação decorre da maior atividade de comercialização de energia em 2011, com a compra de energia para revenda.

Obrigação Pós-Emprego

A despesa com obrigação pós-emprego foi de R\$13.892 no primeiro semestre de 2011, comparados a R\$10.326 no primeiro semestre de 2010, representando um aumento de 34,53%. Esta despesa representa a atualização da obrigação calculada em conformidade a laudo atuarial elaborado por consultores externos.

Serviços de Terceiros

A despesa com Serviços de Terceiros foi de R\$65.665, no primeiro semestre de 2011, comparados a R\$76.581 no primeiro semestre de 2010, representando uma redução de 14,25%. A principal alteração ocorreu nos gastos com consultoria que passou de R\$14.557 em junho de 2010 para R\$2.961 em junho de 2011. O maior gasto em 2010 decorreu, principalmente, de contratação de serviços relacionados à análise de aquisição de novos empreendimentos naquele ano.

O detalhamento dos serviços de terceiros está demonstrado na Nota Explicativa nº 23 às Informações Trimestrais.

Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

A despesa com encargos de uso da rede básica de transmissão foi de R\$114.858 no primeiro semestre de 2011, comparados a R\$135.979 no primeiro semestre de 2010, representando uma redução de 15,53%. Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica pela utilização das instalações, componentes da rede básica, conforme definido através de Resolução pela ANEEL.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$346.190 no primeiro semestre de 2011 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$234.217 no primeiro semestre de 2010, um aumento de 47,81%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

Aumento na despesa de encargos de empréstimos e financiamentos, R\$368.491 no primeiro semestre de 2011 comparados a R\$298.122 no primeiro semestre de 2010. Esse aumento decorre basicamente da maior variação do CDI no primeiro semestre de 2011 em comparação ao mesmo período de 2010, decorrência do aumento na taxa Selic definida pelo Banco Central do Brasil.

Aumento na despesa de variação monetária de empréstimos e financiamentos em moeda nacional de R\$56.272 no primeiro semestre de 2011 comparados a R\$30.025, apurada no primeiro semestre de 2010. Esse aumento decorre do maior volume de empréstimos vinculados à variação do IPCA de janeiro a junho de 2011 em comparação ao mesmo período de 2010.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 24 das Informações Trimestrais.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Geração e Transmissão apurou, no primeiro semestre de 2011, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$255.043 em relação ao lucro de R\$766.715, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 33,26%. No primeiro semestre de 2010, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$214.826 em relação ao lucro de R\$693.094, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 31,00%. Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 9 das Informações Trimestrais.

Conciliação do Resultado Líquido com o Resultado Líquido regulatório

A conciliação do Resultado Líquido de acordo com as novas práticas contábeis e o lucro líquido regulatório, que determina o reconhecimento dos ativos e passivos regulatórios, é como segue:

	30/6/2011	30/6/2011
	Consolidado	Controladora
Resultado Líquido acumulado até Período	511.672	511.672
Revisão Tarifária de Transmissão	(30.623)	(30.623)
Efeitos Tributários sobre Ativos e Passivos Regulatórios	12.281	12.281
Resultado Líquido Regulatório acumulado até Período	493.330	493.330

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS SEGUNDOS TRIMESTRES DE 2011 E 2010

	Segundo Trim/11	Segundo Trim/10	Var. %
RECEITA	1.052.915	945.472	11,36
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal	(70.203)	(73.982)	(5,11)
Participação dos Empregados no resultado	98	(9.174)	-
Obrigações Pós-emprego FORLUZ	(6.946)	(5.566)	24,79
Materiais	(5.723)	(4.686)	22,13
Serviços de Terceiros	(35.941)	(41.717)	(13,85)
Depreciação e Amortização	(87.311)	(89.240)	(2,16)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(35.042)	(30.578)	14,60
Reversão (Provisões) Operacionais	(1.664)	5.518	-
Custo de Construção	(18.337)	(46.234)	(60,34)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(143.544)	(72.223)	98,75
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(57.455)	(71.831)	(20,01)
Outros Custos de Operação	(29.197)	(27.379)	6,64
	(491.265)	(467.092)	5,18
Resultado antes do Resultado Financeiro	561.650	478.380	17,41
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(166.698)	(141.856)	17,51
Resultado antes dos Impostos	394.952	336.524	17,36
Imposto de Renda e Contribuição Social	(129.655)	(90.768)	42,84
Resultado do Período	265.297	245.756	7,95

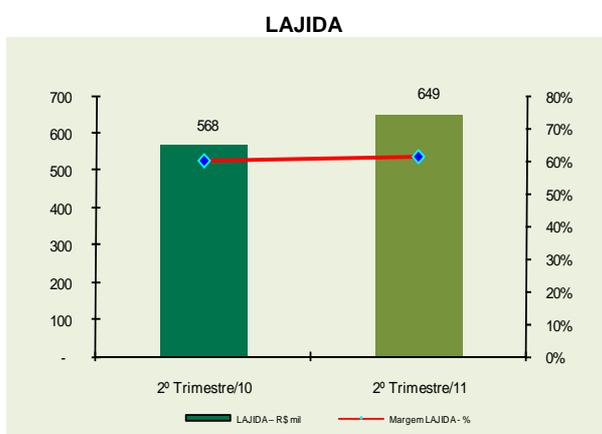
Resultado do Trimestre

A Companhia apresentou, no segundo trimestre de 2010, um resultado líquido de R\$265.297, em comparação ao resultado líquido de R\$245.756 no segundo trimestre de 2009, representando um aumento de 7,95%. Este aumento decorre, basicamente, do aumento de 11,36% na receita, parcialmente compensado pelos aumentos de 5,18% nos custos e despesas operacionais e 17,51% nas despesas financeiras líquidas. Vide comentários adicionais na sequência deste Relatório.

LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

O LAJIDA da Cemig Geração e Transmissão apresentou um aumento no segundo trimestre de 2011 na comparação com o segundo trimestre de 2010, conforme pode ser verificado na tabela abaixo:

LAJIDA	Segundo Trim/11	Segundo Trim/10	Var %
Resultado do Período	265.297	245.756	7,95
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	129.655	90.768	42,84
+ Resultado Financeiro Líquido	166.698	141.856	17,51
+ Amortização e Depreciação	87.311	89.240	(2,16)
= LAJIDA	648.961	567.620	14,33



O aumento do LAJIDA, no segundo trimestre de 2011 em comparação ao segundo trimestre de 2010, deve-se, principalmente, ao aumento de 11,36% na receita, compensado parcialmente pelo aumento de 6,91% nos custos e despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com depreciação e amortização). Em consonância com o LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 60,04% em 2010, para 61,63% em 2011.

Composição da Receita

	Consolidado IFRS		
	Segundo Trim/11	Segundo Trim/10	Var. %
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos	1.046.679	884.077	18,39
Receita de Concessão de Transmissão – com impostos	259.518	253.339	2,44
Receita de Infraestrutura – com impostos	20.704	46.234	(55,22)
Outras receitas operacionais	3.893	5.583	(30,27)
Impostos e Encargos incidentes sobre as receitas acima	(277.879)	(243.761)	14,00
	1.052.915	945.472	11,36

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	MWh (**)			R\$		
	Segundo Trim/11	Segundo Trim/10	Var. %	Segundo Trim/11	Segundo Trim/10	Var. %
Industrial	4.943.098	4.510.973	9,58	616.715	497.844	23,88
Comercial	22.783	14.190	60,56	4.027	4.922	(18,18)
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	-	18.392	17.926	2,60
	4.965.881	4.525.163	9,74	639.134	520.692	22,75
Suprimento a Outras Concessionárias (*)	3.678.866	3.435.310	7,09	374.449	329.484	13,65
Transações com Energia na CCEE	1.242.870	1.120.848	10,89	30.169	27.046	11,55
Vendas Proinfa	13.317	7.300	82,42	2.927	6.855	(57,30)
Total	9.900.934	9.088.621	8,94	1.046.679	884.077	18,39

(*) Inclui Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

(**) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$1.046.679 no segundo trimestre de 2011, em comparação a R\$884.077 no segundo trimestre de 2010, representando um aumento de 18,39%.

Este resultado decorre principalmente do aumento de 9,74% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores livres em decorrência da maior atividade de comercialização em 2011.

Adicionalmente, contribuiu para o aumento da receita o reajuste dos contratos de venda de energia, indexados, na maior parte, à variação do IGP-M.

O preço médio de venda da energia no primeiro semestre de 2011 foi de R\$128,71 na comparação com R\$115,07 no mesmo período de 2010, um aumento de 11,85%.

Receita de Concessão de Transmissão

A Receita de concessão de transmissão foi de R\$259.518, no segundo trimestre de 2011, comparados a R\$253.339 no segundo trimestre de 2010, representando um aumento de 2,44%. Este aumento decorre, principalmente, do reajuste da tarifa média da transmissão, parcialmente compensado por ativos regulatórios recebidos no ano de 2010.

Impostos e Encargos incidentes sobre a Receita

	Segundo Trim/11	Segundo Trim/10	Var %
Impostos sobre a Receita			
ICMS	97.568	90.866	7,38
COFINS	93.471	83.342	12,15
PIS-PASEP	20.291	18.091	12,16
ISSQN e outros	103	126	(18,25)
	211.433	192.425	9,88
Encargos do Consumidor			
Reserva Global de Reversão – RGR	28.423	21.515	32,11
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	8.313	9.315	(10,76)
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	14.665	7.925	85,05
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	4.952	3.609	37,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico -FNDCT	3.810	2.710	40,59
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE	1.905	1.354	40,69
PROINFA	4.378	4.908	(10,80)
	66.446	51.336	29,43
	277.879	243.761	14,00

As principais variações nos Impostos e Encargos incidentes sobre a receita, são como segue:

Reserva Global de Reversão - RGR

O encargo, referente à RGR, apresentou um aumento de 32,11% nos períodos comparados. Este é um custo não controlável, sendo que a Despesa reconhecida no Resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

Conta de Consumo de Combustível – CCC

Refere-se aos custos de operação das Usinas térmicas dos Sistemas interligado e isolado brasileiro, rateados entre os concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL. A Cemig Geração e Transmissão é, apenas, repassadora deste custo, uma vez que o valor da CCC é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás. A CCC apresentou um aumento de 85,05% nos períodos comparados.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Os pagamentos da CDE são definidos, por meio de Resolução da ANEEL, e apresentaram uma redução de 10,76% nos períodos comparados. A Cemig Geração e Transmissão é, apenas, repassadora deste custo, uma vez que o valor da CDE é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

As demais Deduções à Receita referem-se, basicamente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$491.265, no segundo trimestre de 2011, comparados a R\$467.092 no segundo trimestre de 2010, representando um aumento de 5,18%. Esta variação decorre, principalmente, do aumento nos custos com Energia Elétrica Comprada para Revenda, que aumentou em 98,75% nos trimestres comparados.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$143.544, no segundo trimestre de 2011, comparados a R\$72.223 no segundo trimestre de 2010, representando um aumento de 98,75%. Este resultado decorre de uma maior atividade de comercialização de energia em 2011, com a compra de energia para revenda.

Pessoal

A despesa com pessoal, no segundo trimestre de 2011, foi de R\$70.203, comparados a R\$73.982 no segundo trimestre de 2010, representando uma redução de 5,11%. Este resultado decorre, substancialmente, da redução na quantidade de empregados que passou de 1.934 em junho de 2010 para 1.814 em junho de 2011.

Serviços de Terceiros

A despesa com Serviços de Terceiros foi de R\$35.941, no segundo trimestre de 2011, comparados a R\$41.717 no segundo trimestre de 2010, representando uma redução de 13,85%, sendo as principais reduções nos gastos, com Consultoria e Instalações de equipamentos elétricos, que reduziram em 56,94% e 31,63%, respectivamente.

O detalhamento dos Serviços de Terceiros está demonstrado na nota explicativa nº 23 às Informações Trimestrais.

Resultado Financeiro Líquido

	Segundo Trim/11	Segundo Trim/10	Var. %
RECEITAS FINANCEIRAS			
Renda de Aplicação Financeira	69.596	54.522	27,65
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	2.270	598	279,60
Variações Cambiais	-	523	-
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(1)	(371)	(99,73)
Ganhos com Instrumentos Financeiros	-	392	-
Ajuste a Valor Presente	1.134	3.559	(68,14)
Outras	7.145	4.258	67,80
	80.144	63.481	26,25
DESPESAS FINANCEIRAS			
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(190.077)	(157.725)	20,51
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(24.868)	(17.352)	43,31
Variações Cambiais	50	(1)	-
Perdas com Instrumentos Financeiros	-	(175)	-
Variação Monetária Concessão Onerosa	(2.897)	(10.277)	(71,81)
Variação Monetária Forluz	(6.883)	(6.088)	13,06
Ajuste a Valor Presente	(1.708)	4.930	-
Outras	(20.459)	(18.649)	9,71
	(246.842)	(205.337)	20,21
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(166.698)	(141.856)	17,51

Na comparação dos valores do segundo trimestre de 2011 com o segundo trimestre de 2010, o resultado financeiro líquido foi uma despesa de R\$166.698, em 2011, comparada a uma despesa líquida de R\$141.856 em 2010. Essa variação deve-se, principalmente, aos seguintes fatores:

- aumento de R\$15.074, na receita de Aplicações Financeiras, em função do maior volume de recursos aplicados em 2011;
- aumento na despesa de Encargos de Empréstimos e Financiamentos: R\$190.077, no segundo trimestre de 2011, comparados a R\$157.725 no segundo trimestre de 2010. Esse aumento decorre basicamente da maior variação do CDI no segundo trimestre de 2011 em comparação ao mesmo período de 2010. A variação do CDI, no segundo trimestre de 2011 foi de 2,76% comparado a 2,18% no segundo trimestre de 2010.
- despesa de Variação Monetária de Empréstimos e Financiamentos, em moeda nacional, de R\$24.868, apurada no segundo trimestre de 2011, comparada a uma despesa de R\$17.352 no segundo trimestre de 2010. Esta despesa decorre de novos empréstimos ocorridos a partir de março de 2010 e da variação do IGP-M e do IPCA, principais indexadores dos contratos. O IGP-M apresentou variação de 0,70% no segundo trimestre de 2011 comparada a uma variação de 2,83% no segundo trimestre de 2010. O IPCA apresentou variação de 1,40% no segundo trimestre de 2011 comparada a uma variação de 1,01% no segundo trimestre de 2010.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Geração e Transmissão apurou, no segundo trimestre de 2011, despesas, com Imposto de Renda e Contribuição Social, no montante de R\$129.655 em relação ao lucro de R\$394.952, antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 32,83%. No segundo trimestre de 2010, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social, no montante de R\$90.768 em relação ao lucro de R\$336.524, antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 26,97%.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Cemig Geração e Transmissão S.A.
Belo Horizonte – MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Cemig Geração e Transmissão S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e as das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

A controlada em conjunto Madeira Energia S.A. - MESA e sua controlada estão incorrendo em gastos relacionados com o desenvolvimento do projeto para construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua Administração, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras das operações. A realização do ativo imobilizado constituído pelos referidos gastos, que em 30 de junho de 2011 totalizava R\$9.133 milhões, de acordo com as expectativas da Administração dar-se-á a partir do início das operações, previsto para dezembro de 2011. Em 30 de junho de 2011, o montante do ativo imobilizado proporcional à Companhia é de R\$913,3 milhões.

Conforme mencionado na Nota Explicativa no 17, a Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas de compromissos financeiros (“covenants”) que não estavam atendidos na data base 30 de junho de 2011. A Administração da Companhia obteve os consentimentos (“waivers”) de todos os credores somente após 30 de junho de 2011, razão pela qual, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), reclassificou o montante de R\$2.242 milhões do passivo não circulante para o passivo circulante em 30 de junho de 2011. Após obtenção dos waivers, tais passivos financeiros voltaram a ser classificados como passivo não circulante. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a este assunto.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6-F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRCMG058176/O-0